

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

KÁTIA LIANA MORAES GUIMARÃES

A INTEGRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ATENDIMENTO ÀS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: Uma análise da Casa da Mulher Brasileira
de Campo Grande – MS, período de 2015 a 2017.

CAMPO GRANDE, MS

2021

Kátia Liana Moraes Guimarães

A INTEGRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: Uma análise da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS, período de 2015 a 2017.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Ms. Alessandra Felix de Almeida

Campo Grande

2021

Ficha Catalográfica

GUIMARÃES, Kátia Liana Moraes

A Integração dos Equipamentos Públicos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: Uma análise da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS, período de 2015 a 2017. Kátia Liana Moraes Guimarães. Campo Grande, MS: FLACSO/FPA, 2021.

66 páginas

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientadora: Profa. Ms. Alessandra Felix de Almeida

Kátia Liana Moraes Guimarães

A INTEGRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: Uma análise da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS, período de 2015 a 2017.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 12 de maio de 2021.

Profa. Ms. Alessandra Felix de Almeida
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Márcia Pereira Cunha
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Renata Faleiros Camargo Moreno
Sempreviva Organização Feminista - SOF/Brasil

Profa. Ms. Dulce Helena Cazzuni (suplente)
Fundação Getúlio Vargas - FGV

AGRADECIMENTOS

Chegar aqui não foi fácil, não teria sido possível sem apoio de cada uma de vocês.

Meu agradecimento especial à minha orientadora, Ms. Alessandra Felix de Almeida, que de forma paciente e dedicada acompanhou-me todo esse período. À Eloísa Castro Berro que desde o primeiro momento comprou a ideia, pegou na minha mão e seguiu comigo. À Aparecida Gonçalves pelas longas entrevistas, tão importantes para fundamentação desta dissertação.

E por fim, agradecer à Elza Maria Loschi e toda a equipe da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande pelo apoio e disposição.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação tem como tema, “A Integração dos Equipamentos Públicos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: uma análise da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS, período de 2015 a 2017”, trata-se de uma pesquisa documental, com a realização de entrevistas, que teve como principal objetivo, analisar a integração e o funcionamento da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*. Aborda a trajetória dos Movimentos Feministas e Movimento de Mulheres no País e no Mato Grosso do Sul e a sua contribuição na conquista de direitos e na implementação das políticas públicas para as mulheres no âmbito do Estado. Apresenta o Programa *Mulher Viver sem Violência*, lançado em 2013 como estratégia do Governo Federal para o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tendo, dentre suas estratégias, a criação da *Casa da Mulher Brasileira*, nosso objeto de análise. Exibe ainda, dados relevantes sobre a violência contra as mulheres, essa terrível violência que atinge as mulheres indistintamente, e se constitui como uma das principais formas de violação da dignidade humana. Realiza análise das políticas públicas a partir da apreciação de documentação oficial, dos dados obtidos através da aplicação do questionário a todas as gestoras dos equipamentos que compõem a *Casa da Mulher Brasileira*, e das entrevistas realizadas com Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres nos Governos Lula e Dilma (jan/2003 – ago/2016), atuando diretamente na construção desta política em âmbito nacional, e, Eloísa Castro Berro, primeira coordenadora da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, responsável, junto com sua equipe técnica pela implementação da política pública. Da análise dos dados documentais, das entrevistas e questionários, é possível afirmar que a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* é uma política pública inovadora, resultado do esforço e da vontade política do Governo Dilma Rousseff em parceria com estados e municípios. É um marco na forma de lidar com a violência doméstica e familiar no país. Se consolidou como um instrumento eficaz e preciso no enfrentamento à violência contra as mulheres e no atendimento integral, especializado e humanizado das vítimas.

Palavras-chave: Casa da Mulher Brasileira. Integração de Equipamentos Públicos. Mulheres. Violência de Gênero.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme, “The Integration of Public Equipment for Assistance to Women in Situations of Violence: an analysis of the Casa da Mulher Brasileira in Campo Grande - MS, period from 2015 to 2017”, it is a documentary research, with conducting interviews, whose main objective was to analyze the integration and functioning of the *Casa da Mulher Brasileira* in Campo Grande. It addresses the trajectory of the Feminist Movements and the Women's Movement in the country and in Mato Grosso do Sul and their contribution in the conquest of rights and in the implementation of public policies for women within the State. It presents the *Program Woman Living Without Violence*, launched in 2013 as a strategy of the Federal Government to strengthen the *National Policy to Combat Violence Against Women*, having, among its strategies, the creation of the *Casa da Mulher Brasileira*, our object of analysis. It also shows relevant data on violence against women, this terrible violence that affects women without distinction, and constitutes one of the main forms of violation of human dignity. It conducts an analysis of public policies based on the assessment of official documentation, data obtained through the application of the questionnaire to all managers of the equipment that make up the *Casa da Mulher Brasileira*, and interviews with Aparecida Gonçalves, National Secretary for Confronting Violence against Women in the Lula and Dilma Governments (Jan / 2003 - Aug / 2016), acting directly in the construction of this policy at the national level, and, Eloísa Castro Berro, first coordinator of the *Casa da Mulher Brasileira in Campo Grande*, responsible, together with her team technical support for the implementation of public policy. From the analysis of documentary data, interviews and questionnaires, it is possible to affirm that the *Casa da Mulher Brasileira* in Campo Grande is an innovative public policy, the result of the effort and political will of the Dilma Rousseff government in partnership with states and municipalities. It is a milestone in the way of dealing with domestic and family violence in the country. It has consolidated itself as an effective and precise instrument in combating violence against women and in providing comprehensive, specialized and humanized care for victims.

Keywords: Casa da Mulher Brasileira. Public Equipment Integration. Women. Gender Violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEINFs – Centros de Educação Infantil

CEPM – Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres – Mato Grosso do Sul

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CMB – Casa da Mulher Brasileira

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino

IML – Instituto Médico Legal

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas

MPM – Movimento Popular de Mulheres

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

PPA – Plano Plurianual

SESAI – Secretaria Especial da Saúde Indígena

SIM – Sistema de Informação Mulher

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres – Governo Federal

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relatório de Fluxo de Atendimento referente ao mês de fevereiro de 201545

Tabela 2: Relatório de Fluxo de Atendimento referente ao mês de Fevereiro de 201646

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bandeira do Movimento Popular da Mulher.....	28
Figura 2: Reunião do Movimento Popular de Mulheres	29
Figura 3: Projeto Palmas	30
Figura 4: Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS.....	33
Figura 5: Inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS em 03 de fevereiro de 2015	33
Figura 6: Serviços e áreas envolvidas no atendimento da CMB	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTAS E AS CONQUISTAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL.....	16
1.1. O Movimento Feminista e as conquistas mais recentes.....	21
1.2. Mato Grosso do Sul	24
2. PROGRAMA MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA	34
2.1. Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande - MS	39
3. A INTEGRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....	49
3.1. Metodologia, Análise das Entrevistas e Avaliação da Política.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

Em 2014 concluí o curso de pós-graduação em *Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça* pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que resultou na realização da pesquisa intitulada “O Retrato da Violência Doméstica em Campo Grande - MS: uma análise dos números de denúncias impetradas pelo Ministério Público Estadual”, despertando maior interesse por temas relacionados à vida das mulheres, em especial a violência a que são submetidas cotidianamente.

Com o mestrado, vislumbrei a possibilidade de novo direcionamento das reflexões, desenvolvidas naquele momento, para a realização de uma dissertação com a continuidade do assunto, alicerçada em aprofundamento teórico. Daí o interesse em analisar a integração dos equipamentos públicos de atendimento às mulheres em situação de violência da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, um projeto inovador que integra e articula os equipamentos públicos especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.

A violência doméstica, segundo Alt e Linhares (2008, p. 53), é uma das mais cruéis formas de agressão de gênero, tendo suas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder da sociedade. A cultura machista e o patriarcado têm gerado e reproduzido, historicamente, a violência de gênero e, por decorrência, a violência contra a mulher, fazendo com que situações de impunidade gerem novas situações de violência.

Em análise, Bandeira (2013, p. 63), afirma, que a ocorrência da violência doméstica contra as mulheres, não pode ser entendida de maneira desarticulada do lugar ou do contexto que ocupa em uma rede mais ampla de violência estrutural, pois a união de outros fatores, são determinantes das dinâmicas sociais, como as condições de classe social, raça/etnia, geracionais, bem como, das representações sociais femininas e masculinas hegemônicas. Esse tipo de violência, indica uma prática centrada na conversão de diferenças e de desigualdades em uma relação hierárquica, gerando práticas de dominação, exploração e opressão.

De acordo com a *Folha Informativa – Violência Contra a Mulher* (OMS; OPAS, 2017), a violência contra as mulheres, especialmente, quando praticada por seu parceiro, inclusive a sexual, é um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos das mulheres. As consequências destas violências não são simplesmente físicas e emocionais, tão pouco restritas a uma pessoa, pelo contrário, comunidades inteiras sofrem com prejuízos sociais e econômicos. Ainda, segundo a *Folha Informativa*, estimativas globais publicadas pela OMS, indicam que

em todo o mundo, uma em cada três mulheres, já sofreram violência física ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros.

Para conhecer os números desta terrível violência no Brasil, no Mato Grosso do Sul e Campo Grande, buscamos dados na pesquisa denominada *Violência Contra a Mulher: feminicídios no Brasil* (IPEA, 2012). A pesquisa apontou, que entre os anos de 2001 e 2011, a cada hora e meia, uma mulher morreu de forma violenta no Brasil. Foram 5.664 mortes por ano, 472 por mês, 15 por dia. Em média 40% de todos os assassinatos de mulheres foram cometidos por um parceiro íntimo.

De acordo com o *Mapa da Violência 2012* (Instituto Sangari, 2011), o Estado de Mato Grosso do Sul ocupou o 5º lugar no *ranking* nacional em número de assassinatos de mulheres, com taxa de 6,1 homicídios femininos para cada cem mil mulheres. A pesquisa enquadrou Campo Grande como a 19ª capital mais violenta do País, com taxa de 5,4 assassinatos de mulheres para cada cem mil.

O *Mapa da Violência* (FLACSO, 2015) apontou que no ano de 2013 a taxa de homicídio de mulheres no Brasil foi de 4,8 para cada cem mil mulheres. No ano de 2014, em média, 405 mulheres demandaram atendimento por dia em uma unidade de saúde, por violência sofrida. Os principais agressores das mulheres, jovens e adultas, são seus companheiros, maridos, namorados, e/ou, ex parceiros íntimos. A pesquisa revelou que dentre as violências mais cometidas, estão a física, seguida da psicológica e a sexual, e que a residência é o local com o maior índice de violência cometida.

Ainda, segundo *O Mapa da Violência* (FLACSO, 2015), o Estado de Mato Grosso do Sul ocupou a 9ª posição em número de homicídios de mulheres com a taxa de 5,9 para cada cem mil mulheres, ficando acima da média nacional. Embora o município de Campo Grande tenha apresentado um crescimento de 40% em homicídios de mulheres, no período de 2003 a 2013, tendo em 2011 seu pico com 25 homicídios, figura entre as capitais com menor percentual.

Segundo o *Atlas da Violência* (IPEA, 2020), em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no país, representando uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. Registrando uma queda em relação a 2017 de 9,3%. Neste levantamento, Mato Grosso do Sul se mantém acima da taxa nacional, com 4,8 para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. O Estado, de acordo com dados do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2018), apresentou em 2017, o maior número de ocorrência de estupros notificados, com 66

casos para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. No Brasil, a média foi de 164 casos de estupro por dia. Considerando que a taxa de subnotificação deste tipo de crime é alta, estima-se que menos de 10% dos casos sejam comunicados.

Embora os dados e índices da violência contra as mulheres no Brasil, no Estado do Mato Grosso do Sul e em Campo Grande sejam elevados, é importante considerar que desde o ano de 2004, com a criação do *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, efetivamente concretizado com a criação da Lei Maria da Penha em 2006, em 2007 com o *Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher* e em 2013 com a implementação do *Programa Mulher, Viver sem Violência*, foi possível desenvolver um conjunto de programas e ações em parceria entre a União, Estados e Municípios. Dentre eles, ressaltamos, a *Casa da Mulher Brasileira*, um projeto inovador de enfrentamento à violência contra a mulher, uma política pública que integra o conjunto de equipamentos públicos de atendimento às mulheres em situação de violência, com atendimento humanizado¹ 24h por dia, inclusive nos finais de semana e feriados, período de maior incidência de violência contra as mulheres. É neste contexto, que justificamos a relevância desta pesquisa, que terá como objetivo geral, analisar a integração e o funcionamento dos serviços da *Casa da Mulher Brasileira – MS*, no período de 2015 a 2017. O município de Campo Grande é destacado nesta pesquisa por ter sido a primeira capital do país a implementar essa política.

Embora o Governo Federal, em conjunto com Estados e Municípios, tenha, há mais de uma década, realizado importantes investimentos com a implementação de políticas públicas para o enfrentamento e a coibição da violência contra a mulher, os números dessa violência perduram em altos índices. Assim, o estudo sobre “A Integração dos Equipamentos Públicos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência”, tendo como objeto de análise a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, se faz necessário, pois é importante registrar e reafirmar as conquistas obtidas para que comportamentos danosos não sejam naturalizados, o

¹ Trata-se de premissa a ser assegurada em toda a rede de serviços que atendem as pessoas em situação de violência. No que se refere à saúde, a Política Nacional de Humanização (2004) assegura a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Conforme a Política, “humanizar é ofertar atendimento de qualidade articulando os avanços tecnológicos com acolhimento, com melhoria dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos profissionais”. Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica: Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios** (Brasília – DF. 2015, p. 17).

que só será possível com a ampliação de pesquisas e estudos sobre os diversos temas que abordam a experiência social da mulher, e a divulgação de informações qualificadas.

A *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* foi a primeira implementada no país, as Diretrizes Gerais e os Protocolos de Atendimentos foram elaborados por sua equipe técnica juntamente com a sua coordenação e a equipe da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. As experiências e os materiais elaborados pela Casa da Mulher de Campo Grande serviram de referência na implementação de demais unidades da *Casa da Mulher Brasileira* instaladas, posteriormente, em outras unidades federativas. Desta forma, o estudo vai ao encontro da necessidade de se ter dados mais apurados sobre a violência contra a mulher e principalmente sobre as políticas públicas implementadas para o seu enfrentamento e prevenção. Sua avaliação é importante para, além de medir sua efetivação, provocar inovações, compromissos e mudanças em toda a rede de atendimento às mulheres, garantindo cada vez mais que os serviços sejam efetivados e os direitos assegurados.

A dissertação está dividida em três capítulos. Será abordado no primeiro capítulo, *O Movimento de Mulheres e Feministas e as Conquistas nas Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil e em Mato Grosso do Sul*, a trajetória do referido Movimento, desde as suas primeiras manifestações individuais e coletivas, e as conquistas nas Políticas Públicas para as Mulheres, até os dias atuais.

Já no segundo capítulo, *Programa Mulher, Viver Sem Violência*, apresentamos o *Programa Mulher, Viver sem Violência*, lançado em 2013 pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, suas diretrizes e protocolos. O programa é uma estratégia de fortalecimento ao enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo a *Casa da Mulher Brasileira*, nosso objeto de análise, inserida neste programa.

No terceiro e último capítulo, *A Integração dos Equipamentos Públicos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência*, discorreremos sobre o conceito de Rede, analisamos a integração dos equipamentos públicos de atendimento às mulheres vítimas de violência, a metodologia utilizada para obtenção dos dados, sua apresentação e análise, e a avaliação da Política Pública.

1. O MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTAS E AS CONQUISTAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

Este capítulo abordará a trajetória do movimento de mulheres e feministas no Brasil e no Estado do Mato Grosso do Sul, desde as primeiras manifestações, individuais e coletivas de mulheres que lutaram para garantir sua liberdade e o direito a uma vida com dignidade, sem abusos e violências, e a contribuição desses movimentos na conquista de direitos e na efetivação das políticas para as mulheres no âmbito do Estado.

Durante séculos a construção social e o Patriarcado² definiram e consolidaram o pertencimento dos espaços público e privado na sociedade. Ao sexo masculino coube o espaço público, que lhes garantiam o direito à escolaridade, à participação política, ao trabalho remunerado, e o direito de decidir sobre a vida das integrantes de sua família. Às mulheres restou o espaço privado, da ausência de direitos, desde os mais básicos, como o de ir e vir. Seu universo era o espaço doméstico, as tarefas de casa, o trabalho não remunerado, o cuidado com os filhos e com os idosos. A vida das mulheres esteve por séculos, e algumas ainda estão, sob o domínio dos homens, inicialmente pelos seus pais e depois pelos seus maridos.

Pinto (2003, p. 13) afirma que a luta das mulheres pelo seu direito à cidadania e a uma existência fora do ambiente doméstico é identificada com alguma organização nos primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII. Mas foi a partir do final do século XIX e início do século XX que as lutas e manifestações dispersas deram lugar a uma campanha mais organizada pelos direitos políticos. Conhecido como Movimento Sufragista, o movimento que lutou para que as mulheres pudessem votar e serem votadas, foi a primeira fase do Movimento Feminista no mundo. Esse movimento se deu inicialmente na Europa e nos Estados Unidos e de lá para outros países, incluindo o Brasil.

Para Bandeira e Melo (2010, p. 07), foi a partir das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e subalternação do feminino, transformadas em condutas de desvalorização das mulheres, que nasceu o Movimento Feminista. E foi a partir do

² O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de "opressão das mulheres". Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões "subordinação" ou "sujeição" das mulheres, ou ainda "condição feminina" (HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173).

final do século XIX e início do século XX que o desenvolvimento e fortalecimento do movimento de mulheres se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução da estrutura patriarcal, das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres a partir da denúncia sobre sua posição secundária na sociedade.

No Brasil, segundo Pinto (2003, p. 16), ainda no século XIX, já havia ações de mulheres pelo direito ao voto, porém de forma individual, solicitando alistamento como eleitoras e candidatas. A questão do direito ao voto para as mulheres foi discutida na Constituinte Republicana de 1891, mas o projeto não foi aprovado, porém, a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres. A não exclusão no texto constitucional não foi simplesmente um esquecimento. A mulher não foi mencionada porque, para os constituintes, elas não existiam como indivíduos dotados de direitos.

Ainda, segundo Pinto (2003, p 18), em 1910, um grupo de mulheres fundaram o Partido Republicano Feminino. Um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação teria que acontecer fora da ordem estabelecida. O estatuto do partido defendia o direito ao voto, falavam sobre a emancipação e independência das mulheres. Atribuía-lhes as qualidades para exercer a cidadania no mundo da política e do trabalho, e, extrapolando a questão dos direitos, defendiam o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do século XX. Esse foi um dos primeiros movimentos organizados do feminismo no Brasil. Entre suas principais fundadoras estão a Professora Leolinda Daltro³ e Gilka Machado⁴.

³ Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) Nasceu na Bahia, em meados do século XIX, e mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ), onde morou a maior parte de sua vida desempenhando um importante papel político como precursora do feminismo e do movimento em prol dos índios no Brasil. [...] Na década de 1910, Leolinda foi diretora da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, situada na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Passou a dedicar-se intensamente à causa feminista, que reivindicava a conquista da cidadania plena para as mulheres. Com base na omissão da Constituinte de 1891 no que se refere ao voto feminino, Leolinda requereu seu alistamento eleitoral, porém teve seu pedido recusado. Em protesto, fundou, em dezembro 1910, o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto. Para tanto, contou com o apoio e o prestígio da primeira-dama Orsina da Fonseca. Em contrapartida, colaborou com a política nacionalista do presidente Hermes da Fonseca, que havia instituído em 1908 uma nova lei de recrutamento militar que permitiu que Leolinda ajudasse na criação, dois anos mais tarde, da Linha de Tiro Feminino, na qual as mulheres poderiam receber treinamento com armas de fogo. (SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000, p. 409-410).

⁴ Gilka Machado (1893-1980) Era filha da atriz de teatro Teresa Costa e do poeta Rodolfo Machado. Também seus avós e bisavós haviam sido artistas, e sua filha, Eros Volússia, tornou-se uma bailarina de sucesso. Gilka foi pioneira na utilização do erotismo na poesia feminina brasileira. [...] Além de talentosa poetisa, Gilka também era uma mulher do seu tempo, que participou dos movimentos em defesa dos direitos das mulheres. Fez parte do grupo da

O segundo momento de maior representação e organização das mulheres no Brasil, durante a primeira fase do feminismo, acontece no cenário nacional com a chegada da bióloga Bertha Lutz⁵ em 1917, e de sua liderança e articulação na fundação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Liderado por Bertha, o Movimento Sufragista tinha como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 15).

Embora tenha alcançado surpreendente institucionalização, o Movimento Sufragista também enfrentou críticas por não definir a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta travada pela FBPF (Federação Brasileira para o Progresso Feminino) era de incluir as mulheres como cidadãs, sem alterar as relações de gênero, tão pouco o poder dos homens. Por essa razão, foi considerado um feminismo bem-comportado, composto na maioria por mulheres da elite, que não afrontava os poderes, buscava o apoio neles. Neste período, as brasileiras, na sua maioria, viviam sob o domínio do patriarcado, poucas tinham acesso à educação e ao trabalho remunerado, ou fora do ambiente doméstico, desta forma, as críticas ao movimento liderado por Bertha, se deram a partir do entendimento de lideranças feministas da época, que era preciso defender a libertação das mulheres de forma radical (PINTO, 2003 p. 14).

professora Leolinda Daltro que fundou em dezembro de 1910 o Partido Republicano Feminino, do qual foi segunda-secretária (SCHUMACHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000, p. 320).

⁵ Bertha Lutz (1894-1976) Pioneira das lutas feministas no Brasil. [...] Adolescente, foi completar sua educação na Europa. Lá tomou contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. [...] aos 24 anos, Bertha tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher no país. [...] Mulher do Ano [Prêmio Estadunidense em 1946]. [...] Em 1951, foi premiada com o título de Mulher das Américas e, em 1952, foi a representante do Brasil na Comissão de Estatutos da Mulher das Nações Unidas, criada por sua iniciativa. Em 1953, foi eleita delegada do Brasil junto à Comissão Interamericana de Mulheres da União Panamericana de Repúblicas. Quando a ONU estabeleceu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, atendendo às pressões do movimento feminista internacional, foi convidada pelo governo brasileiro a integrar a delegação do país no primeiro Congresso Internacional da Mulher, realizado na capital do México. [...] Foi membro de várias entidades internacionais, tais como: Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Política dos Sexos (Londres), Sociedade Internacional de Mulheres Geógrafas (Washington), Comissão Feminina Consultiva do Trabalho da Mulher, do Bureau Internacional do Trabalho, da Sociedade das Nações (Genebra), Bureau Internacional de Proteção à Natureza (Bruxelas) e Museu Americano de História Natural (Nova York). Na qualidade de cientista, trabalhou durante 46 anos como docente e pesquisadora do Museu Nacional. [...] Foi reconhecida internacionalmente por sua contribuição na pesquisa zoológica. [...] Escreveu, dentre outros: *A nacionalidade da mulher casada; Homenagem das senhoras brasileiras à ilustre presidente da União Interamericana de Mulheres; Estatuto da Mulher* (SCHUMACHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000, p. 139-144).

Além do Movimento Sufragista, foi possível identificar neste período, outras vertentes do Movimento Feminista, que se expressavam através das múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. Mulheres com formação profissional, professoras, escritoras e jornalistas, lutavam pelos direitos políticos, defendiam a educação da mulher, discutiam, em seus textos, temas como a dominação masculina, a sexualidade e o divórcio, pautas delicadas para o período. Essa primeira fase do feminismo ocorrido nas primeiras décadas da república, se expressou de diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias. Teve ao centro da questão feminista do período, a luta pelos direitos políticos, concretizados em 1932, com o direito de votar e ser votada incluída no Código Eleitoral.

Em análise, Pinto (2003, p. 44) afirma que foram muitos os movimentos liderados por mulheres nas décadas seguintes, dentre eles é importante considerar o *Movimento Contra a Carestia*, que se iniciou no fim da década de 1940 e início da década de 1950, reunindo mulheres de diferentes classes sociais, e embora tenha tido a participação de mulheres da elite brasileira, e também da Federação de Mulheres do Brasil, esse movimento se deu com maior intensidade nos bairros pobres, onde as mulheres começam também a lutar por políticas públicas, como a melhoria nos postos de saúde, a criação de creches, escolas, diversos serviços públicos em geral. Essas organizações contavam com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, e se mantiveram até a década de 1970.

O *Movimento Contra a Carestia*, embora seja um movimento de mulheres, não foi considerado como um movimento feminista, tendo em vista que as mulheres nele envolvidas, não lutavam para alterar os papéis a elas atribuídos pela sociedade.

As fronteiras entre o movimento de mulheres e o movimento feminista têm sido constantemente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares (SOARES, 1994, p. 45- 46).

Telles define os dois movimentos da seguinte forma: o movimento de mulheres tem sua base nas ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e de trabalho, e o movimento feminista, refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres. Criam meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua própria vida e história (TELLES, 1993, p. 12).

A partir do início dos anos de 1970, segundo Schumacher (2018, p. 486), tem início a Segunda Onda do Feminismo no Brasil, período em que o país enfrentava um momento de crise da democracia. Em meio a uma ditadura militar, eram muitas as bandeiras defendidas pelas

mulheres. Além da luta pela democracia, pediam por igualdade, pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer, contra a violência sexual. Esse novo feminismo estava apoiado, principalmente, nas ideias da escritora francesa Simone de Beauvoir, em seu livro *O segundo sexo*, publicado em 1949. “Neste período, o feminismo foi para a rua com força total, pedíamos por creches, por salários iguais, por questões relativas ao trabalho doméstico e pela volta da democracia”.

Em análise, Hollanda (2018, p. 13-14) avalia que as bandeiras levantadas pelas feministas nos Estados Unidos e Europa não tiveram a mesma força no Brasil. A defesa de temas como o direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual e o fim das desigualdades no trabalho e no contexto familiar, desafiava a doutrina da igreja católica, uma das principais instituições progressistas naquele período. Desta forma, nosso feminismo mostrou um recuo em relação ao feminismo internacional, concentrando-se, prioritariamente, nas questões trabalhistas, na demanda por políticas públicas, e no enfretamento à violência doméstica e às desigualdades sociais entre homens e mulheres ao longo da década de 1970. Este recuo, apontado pela autora, pode ser compreendido se considerarmos as diferenças culturais, o desenvolvimento social e humano entre o Brasil, os países da Europa e os Estados Unidos.

De acordo com Bandeira e Melo (2010, p. 25), apesar do controle e da limitação das liberdades democráticas, muitas organizações de mulheres surgiram no país neste período. Paralelamente aos movimentos sociais, que se levantaram contra a ditadura militar, as feministas atuaram em frentes diversas, denunciando a dominação sexista existente, inclusive no interior dos grupos políticos, defendendo que o movimento pelos direitos das mulheres no Brasil, deveria ser diferenciado e não subordinado às lutas gerais do povo brasileiro.

A efervescência do movimento de mulheres a partir da segunda metade dos 1970, foi marcada pela diversidade das agendas feministas, e a violência contra as mulheres ganhou espaço na mídia, sobretudo depois dos assassinatos cometidos por esposos e companheiros. Repercutiram nacionalmente as mortes de Ângela Diniz (RJ), Maria Regina Rocha e Eloísa Balesteros (MG) e de Eliane Gramont (SP). Em outubro de 1980, foi criado em São Paulo o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, o *SOS Mulher*. A consigna do movimento de mulheres mineiras *Quem Ama Não Mata* consagrada pela minissérie da TV Globo ganhou o Brasil, com a recomendação da criação do centro de auto-defesa (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 26).

O assassinato das mineiras, referidas acima, de acordo com Sorj (2018, p. 446), além da repercussão nacional, gerou grande inconformidade e revolta com a figura jurídica da “legítima defesa da honra”, que, durante muito tempo, foi utilizada para justificar e inocentar assassinos confessos de suas companheiras, esposas e namoradas, motivando muitos protestos, missas e

debates. Nestas mobilizações, uma pichação em um muro no centro de Belo Horizonte, “Quem Ama não Mata”, acabou se espalhando pelo Brasil e virou frase símbolo da luta contra a violência, uma marca do feminismo brasileiro da Segunda Onda.

Pitanguy (2018, p. 464) observa que o avanço do feminismo como reflexão, produção de conhecimento e ação política, se deu no final da década 1970 e início de 1980, período de efervescência no movimento feminista, com o fortalecimento e incorporação da sua agenda por diversos organismos de classe, começaram a ser criados os primeiros centros de estudos da mulher na academia, nos Sindicatos, como o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT e depois a Central Única dos Trabalhadores – CUT, e nos movimentos de mulheres rurais. No período seguinte, já na fase de transição democrática, Hollanda (2018) afirma,

O feminismo nos surpreendeu ao construir fortes articulações com instituições políticas e organizações não governamentais. Esse movimento buscava, sobretudo, o uso de ferramentas institucionais para pressionar a criação e a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres (HOLLANDA, 2018, p. 14-15).

1.1. O Movimento Feminista e as conquistas mais recentes

Com o retorno da democracia ao país, intensificaram as agendas feministas e ascenderam as primeiras experiências de políticas públicas para as mulheres no aparelho do Estado. Ainda, segundo Pitanguy (2018, p. 465), os primeiros organismos de elaboração de políticas públicas para as mulheres foram os Conselhos Estaduais da Mulher, criados em 1983 nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em 1985, cumprindo acordo firmado por Tancredo Neves com um grupo de mulheres, feministas, artistas, intelectuais e lideranças políticas no processo eleitoral presidencial, o então Presidente José Sarney, encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Após aprovação pelo Congresso Nacional, o CNDM foi instituído em setembro de 1985 e teve como sua primeira presidenta a deputada estadual por São Paulo, Ruth Escobar.

Embora tivesse nome de conselho, segundo Schumacher (2018), era quase um “mini ministério”, com orçamento assegurado e estrutura governamental. Para atuar neste organismo, muitas feministas foram para Brasília com Ruth Escobar.

Deixávamos de ser movimento social para ser parte da estrutura de governo, e para as feministas esses papéis não poderiam ser confundidos, pois, o diálogo com os movimentos se dava como gestoras do Estado. Os quatro anos de atuação do Conselho provocaram um salto importante na implementação das políticas públicas para as mulheres no Brasil. Assim nasceram as delegacias de mulheres e foram crescendo para todo o país, juntamente com a formação de delegadas, para que houvesse um atendimento humanizado, específico. Não bastava ter uma delegacia da

mulher se o atendimento fosse o mesmo, se não houvesse a compreensão das razões estruturais da violência contra as mulheres. (SCHUMACHER .2018, pag. 492)

A primeira experiência de organismo de políticas públicas para as mulheres, em nível municipal, se deu na administração do petista Celso Daniel, em Santo André no ano de 1989, tendo Ivete Garcia como sua primeira coordenadora. Já em nível estadual, os primeiros mecanismos implementados foram nos governos petistas de Zeca do PT no estado de Mato Grosso do Sul e de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul em 1999. O desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres nas administrações públicas em todas as esferas era uma reivindicação do Movimento Feminista e de Mulheres, trazidos para o Partido dos Trabalhadores pelas feministas petistas que também atuavam nestes movimentos.

Em 2003, as políticas públicas para as mulheres entraram efetivamente na pauta do Estado com a criação da primeira Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), considerada um marco na história das brasileiras. Esta era uma demanda histórica do Movimento Feminista e de Mulheres, a constituição de uma institucionalidade com capacidade para conduzir a agenda de políticas para as mulheres.

Criada para assessorar a Presidência da República para as questões de gênero e trabalhar essa temática de forma transversal junto aos ministérios, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres se constituiu como espaço de formulação, coordenação e implementação de políticas públicas, ampliando e consolidando sua atribuição institucional, tornando-se ministério no ano de 2010. Em 2003 seu orçamento foi de 24 milhões de reais, em 2010 foram 88,3 milhões de reais e em 2014, 217,2 milhões de reais. Outro importante avanço no âmbito do fortalecimento da agenda de gênero nas políticas públicas neste período foi a significativa ampliação dos organismos de políticas para as mulheres em todo o País. Em 2004 existiam no Brasil 13 organismos de âmbito estadual e municipal, em 2014 eram 670, sendo 25 estaduais e 645 municipais. Esse avanço na institucionalização da política para as mulheres foi fundamental para que as ações do Governo Federal chegassem efetivamente às brasileiras (PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF, 2014).

A estruturação da política para as mulheres perpassa todas as políticas governamentais como orientação estratégica de governo. Numa análise do PPA-Plano Plurianual, observamos que a partir de 2004, a redução da desigualdade de gênero compõe pela primeira vez como estratégia de desenvolvimento de longo prazo. Sucessivamente, a igualdade de gênero e raça alcança no PPA (2008/2011 e 2012/2015) destaque com objetivo indutor de políticas públicas

para as mulheres. Desta forma, ampliou, valorizou e aprofundou a participação social das mulheres. O resultado desse processo é a elaboração de três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, envolvendo 1 milhão de mulheres que participaram das etapas municipais, estaduais e nacional (PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF, 2014).

Foram muitos os avanços na implementação de políticas públicas para as mulheres nas primeiras décadas de 2000, efetivamente até 2016, quando se inicia um processo de desmonte das políticas públicas de diversas áreas da cidadania. Até 2016 foram realizados muitos investimentos e ações para consolidar planos, políticas e legislações, extremamente importantes para garantir direitos, oportunidades, prevenir e atender mulheres, crianças e adolescentes vítimas de diversas formas de violência, bem como a violência doméstica, uma das áreas onde mais se avançou neste período, uma das mais importantes conquistas das brasileiras.

A *Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* foi umas das políticas públicas para as mulheres mais bem-sucedida neste período, tendo em vista a sua implementação nos 26 Estados e no Distrito Federal, através do *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, lançado em 2007. Foram implementadas um conjunto de ações, a partir da aprovação da *Lei Maria da Penha* em 2006, que permitiram o desenvolvimento de estratégias para desconstruir padrões e comportamentos machistas, perpetuadores das desigualdades entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. A execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres em todo país garantiu serviços públicos especializados para o atendimento das mulheres em situação de violência em todo o território nacional, com destaque para a *Lei Maria da Penha*⁶, o *Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher*⁷, *Programa Mulher, Viver sem Violência*⁸, *Ligue 180* e *Casa da Mulher Brasileira*.

A forte atuação dos movimentos de mulheres e feministas foram fundamentais na conquista por direitos básicos para as mulheres, bem como, a implementação de políticas

⁶ Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 28/02/2021.

⁷ Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra à Mulher: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulher/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>. Acesso em 28/02/2021.

⁸ Programa Mulher Viver sem Violência: : <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulher/arquivo/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acesso em 28/02/2021.

públicas para as mulheres pelo Estado. Estas ações constituíram-se em um notável avanço e esperança, frente à necessidade de se estabelecer uma sociedade mais justa, igualitária e sem violência.

1.2. Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977 e implantado em 1979, em meio ao regime militar. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), a população estimada é de 2.809.394 pessoas, numa área de 357.145,531 km² e com densidade demográfica de 6,86 habitantes por km².

Situado na região Centro-Oeste do Brasil, Mato Grosso do Sul, é uma das mais jovens unidades federativas do País. Com localização estratégica, faz divisa com o maior centro consumidor e parque industrial da América Latina, os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e os estados que detêm a maior produção de alimentos no Centro-Oeste, sendo, um dos maiores produtores nacionais de rebanho bovino. Com 500 quilômetros de fronteira seca com a Bolívia e o Paraguai, o estado é uma das principais vias de acesso ao Mercosul, além de estar interligado por ferrovias, rodovias e hidrovias dos rios Paraná e Paraguai com a Argentina e o Uruguai. Sua vegetação dominante tem características de Cerrado (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O Pantanal é a maior planície inundável do planeta, tem aproximadamente 140 mil Km², com 65% do seu território no estado do Mato Grosso do Sul e 35% no Estado de Mato Grosso. É considerado um bioma tipicamente brasileiro, sendo que 90% de sua área encontra-se em território nacional, e o restante distribui-se entre Bolívia e Paraguai. Apresenta fauna e flora de rara beleza, é influenciado por quatro grandes biomas: Amazônia, Cerrado, Chaco e Mata Atlântica que se estende até a região da Serra da Bodoquena. Foi reconhecido, pela Unesco em 2000, como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera, por ser uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais da terra. É um dos principais atrativos turísticos do estado. Segundo, Oliveira (2014, p. 13), o Pantanal abriga mais de 550 espécies de aves, 273 espécies de peixes, 95 espécies de mamíferos, 45 de anfíbios e 162 de répteis. Além desta riqueza, o bioma possui rica concentração de fauna, considerada uma das mais importantes do Planeta, se destacando como região de grande riqueza e abundância de vida selvagem.

Ainda, segundo o Perfil Estatístico (MATO GROSSO DO SUL, 2017), o estado está dividido em 4 mesorregiões, e 11 microrregiões. Possui 79 municípios, 86 distritos, tendo Campo Grande como sua capital. Segundo dados da Fundação de Turismo de Mato Grosso do

Sul, as migrações de contingentes procedentes dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo foram importantes para o povoamento do estado, que é o segundo estado do país com maior população indígena. De acordo com dados da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI/MS), a população indígena soma 80.459 habitantes, presentes em 29 municípios, e representados por 8 etnias, são elas: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató.

A agricultura e a pecuária estão entre suas principais fontes econômicas. Com produção diversificada, com culturas de soja, arroz, café, milho, mandioca, entre outras, é na região da Grande Dourados que a agropecuária se concentra. Nos campos limpos, pratica-se a pecuária de corte, com numeroso rebanho bovino, e os suínos assumem importância nas áreas agrícolas. No Pantanal, a Oeste, estão as melhores pastagens do Estado, no município de Corumbá, localizado no coração do Pantanal, se encontra o terceiro maior rebanho bovino do país.

O Turismo é um fator de desenvolvimento econômico com sustentabilidade para os municípios e regiões, pois agrega o conhecimento da cultura local, com a geração de emprego e renda. Mato Grosso do Sul é um estado com muitas riquezas naturais e atrações turísticas. Segundo o Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul, no segundo trimestre de 2018, 191.322 passageiros desembarcaram no Aeroporto Internacional de Campo Grande, entre os turistas que desembarcaram, 39% tiveram como destino a capital Campo Grande e para 33% o destino foi Bonito, um dos principais destinos de ecoturismo do mundo. O Pantanal sul mato-grossense também figura entre as atrações mais procuradas pelos turistas, observadores e fotógrafos de natureza.

Essas são algumas das importantes características do estado. Sua atividade econômica está baseada prioritariamente no agronegócio, desencadeando durante décadas uma série de conflitos agrários com populações indígenas em diferentes regiões de Mato Grosso do Sul. Esses conflitos vitimaram muitas e importantes lideranças indígenas. Com a Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se uma nova conduta do Estado em relação aos povos indígenas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos territoriais, civis e políticos. Garantiu-se na legislação nacional o respeito às coletividades indígenas como sujeitos culturalmente diferenciados. Isso no plano jurídico, segundo Borges (2016, p. 05-06), na prática, a defesa dos territórios é o principal motivo de luta pelos direitos indígenas em todas as regiões do país, sendo mais crítica a situação dos povos indígenas nas regiões sul e sudeste, provocando mortes (assassinatos e suicídios) especialmente no Mato Grosso do Sul.

As mulheres indígenas ainda buscam maior autonomia dentro de suas comunidades. Respeitando suas diferenças étnicas, culturais e religiosas, as mulheres indígenas, em sua maioria, são responsáveis pelas atividades tradicionais como o cuidado com a família e os afazeres domésticos. Contribuem com a renda familiar com a comercialização de suas pequenas produções de alimentos, cerâmicas e outros tipos de artesanatos. Segundo Grubits (2014, p. 117) as indígenas vêm se organizando cada vez mais, realizando encontros, manifestações, debates e ações para reivindicar políticas públicas, como saúde, educação e assistência social. Além de denunciarem o descaso do poder público com as comunidades que vivem em situação de extrema vulnerabilidade.

Ainda, de acordo com Grubits (2014, p. 122), há também comunidades indígenas onde a participação política das mulheres é maior, como na etnia Kadiwéu. Em sua análise, afirma que na organização social desta etnia, há uma divisão de papéis entre homens e mulheres, sem que um seja superior ao outro, e sem que seja atribuído maior valor a um papel do que ao outro. Ambos têm seu valor, inegável e irrestrito, e há uma consciência clara de que todos necessitam igualmente das atividades desenvolvidas. Essa diferença na organização social dos Kadiwèus pode ter sido modificada, na medida em que os aspectos econômicos começam a entrar e interferir na cultura. Desta forma, as atividades com valor econômico passam a ser lentamente mais valorizadas, a exemplo disso, a cerâmica. Seu resultado é que as mulheres Kadiwèus, desde o passado com grande poder político, se tornaram importantes provedoras do sustento de suas famílias.

Essas são algumas características de Mato Grosso do Sul que precisam ser consideradas para contextualizar o momento histórico e o ambiente em que nascem os primeiros movimentos de mulheres e feministas, sua participação na construção social das sul mato-grossenses e os avanços na implementação de políticas públicas para as mulheres no Estado.

O Movimento Feminista e de Mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul teve no início da década de 1980 suas primeiras ações de forma mais organizada. Em entrevista concedida a esta pesquisadora, Aparecida Gonçalves, militante feminista, uma das fundadoras do *Movimento Popular de Mulheres* do MS e Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres nos Governos Lula e Dilma, afirma, que naquele momento, chamava atenção a atuação do *SIM – Sistema de Informação Mulher*, composto por feministas e estudiosas, que realizavam debates e discussões sobre importantes temas da pauta feminista, como por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos. Embora pequeno e com atuação somente na capital, Campo Grande, teve papel importante na elaboração de uma política feminista de

formação de mulheres. Ainda na primeira metade da década de 1980, nasce o *Movimento Popular de Mulheres* (MPM), uma das mais importantes organizações de base do Estado, criada a partir das *Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica*, com a participação de freiras e padres.

O *Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul*, segundo Nicodemos (2008, p. 197), nasceu na *Pastoral Social*, em uma ação desenvolvida pela igreja católica nos setores populares urbanos, a partir da formação de grupos de mulheres pobres das periferias das cidades sul-mato-grossenses. No início, o trabalho desenvolvido pela *Pastoral Social* foi de estimular as atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres, como os trabalhos manuais, juntamente com o estudo da bíblia em uma linguagem simples e comprometida com a luta cotidiana. Gradualmente, as atividades manuais e o estudo da bíblia deram espaço para reivindicações, como fornecimento de água e luz para os bairros. Ações que deveriam ser desenvolvidas pelas associações de moradores acabam sendo assumidas pelos grupos de mulheres dentro da *Pastoral Social*. Criados inicialmente em Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Dourados, articulavam e mobilizavam outros grupos de mulheres dos municípios próximos, visando a criação de um Movimento de Mulheres de abrangência Estadual.

Esse modelo de organização das mulheres das camadas populares, dos bairros mais carentes e das periferias, que se iniciou em Mato Grosso do Sul na década de 1980, já existiam em muitos outros estados desde o *Movimento contra a Carestia*. Segundo Soares (1998, p. 39), as mulheres dos bairros populares construíram sua própria dinâmica política. Por intermédio de seus papéis sociais designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar, lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transporte, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infraestrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças.

Para Santos (2009, p. 24), se por um lado o feminismo brasileiro travou discussões e elaborou propostas contra a opressão social, política e econômica das mulheres, por outro, as mulheres, principalmente em bairros e comunidades mais carentes formaram grupos de reflexão e pressão, e, a partir da sua própria condição de donas de casa, esposas e mães, passaram a ser as dirigentes de suas próprias atuações, intervindo no mundo público. Desta forma, pode se considerar o Movimento Popular de Mulheres como um Movimento Social porque se organizavam para a superação das formas de opressão contra a mulher, apesar de não apresentar características político/institucional/partidário. Poder-se-ia considerar popular porque a maioria

desses grupos organizados surgia das camadas mais carentes, justamente onde as ações do Estado não atendiam. Nesse processo, trabalhava a participação efetiva das menos favorecidas a partir das necessidades práticas.

Aparecida Gonçalves relembra que o *Movimento Popular de Mulheres* se expandiu logo nos seus primeiros anos. Presente em muitos municípios, teve a participação de importantes lideranças femininas em todas as regiões do estado. O Movimento reunia, uma vez por ano em encontros regionais ou estadual, suas principais lideranças de base, de todos os municípios onde o movimento estava organizado. Esses encontros tinham como finalidade debater a pauta trazida pelos grupos e suas reivindicações, definindo uma agenda de luta para o próximo ano. Era um importante momento de formação política, compartilhamento e deliberações.

Com atuação estadual, e iniciando o processo de discussão da Constituinte, o Movimento vai deixando de lado a pauta mais ligada à igreja e repensa uma estratégia de intervenção mais política. Assim, em 1986, ano da eleição Constituinte, o *Movimento Popular de Mulheres* definiu por disputar o pleito, entendendo ser estratégico levar o debate e defender as propostas que o Movimento já discutia para o conjunto da sociedade. Apresentando para a disputa o nome de Aparecida Gonçalves, única mulher candidata pelo Estado de Mato Grosso do Sul, conseguiu envolver todos os núcleos do Movimento distribuídos pelo Estado, apresentando uma proposta protagonizada pelas mulheres. Embora não tenha sido eleita, Aparecida Gonçalves teve votos em quase todos os municípios, consagrando o Movimento como uma importante força feminista no Estado.

Figura 1: Bandeira do Movimento Popular da Mulher



(Fonte: Foto do acervo de Aparecida Gonçalves)

Foi a partir da Constituinte que, de acordo com Aparecida Gonçalves, o *Movimento Popular de Mulheres* estabeleceu uma relação com as políticas públicas para as mulheres: 1) em 1986 com a apresentação de sua candidatura e a defesa de propostas de políticas para as mulheres; 2) em 1987 mantém a defesa das propostas com a coleta das assinaturas para emenda constituinte reunindo 11 mil assinaturas, proporcionalmente o Estado que apresentou maior número, São Paulo veio em seguida com 30 mil assinaturas; e 3) em 1988 se organizam para participarem da entrega das emendas e de algumas votações. Desta forma, criam corpo, passam das reivindicações de bairros para apresentação de uma proposta concreta de política pública.

Figura 2: Reunião do Movimento Popular de Mulheres



(Fonte: Foto do acervo de Aparecida Gonçalves)

No projeto de Emenda Popular dos Direitos da Mulher, Pinto (2003, p. 77) relata que a emenda mais abrangente foi a de número 20, promovida pela *Rede Mulher de São Paulo*, pelo *Serviço de Informação da Mulher de Mato Grosso do Sul* e pelo *SOS Corpo de Pernambuco*, e foi o resultado de um trabalho organizado. Assim, a atuação e a organização do *Movimento Popular de Mulheres* já consagrado no Estado, ganha proporções nacionais. Nesta ação, o Movimento se une ao *SIM – Sistema de Informação Mulher* para apresentação das propostas, pois ainda não se apresentavam como Pessoa Jurídica.

Realizado em 1993, o 8º *Encontro do MPM* decidiu por mobilizar os municípios do Estado para realização de um levantamento sobre os números da violência doméstica, uma vez que a Delegacia de Atendimento às Mulheres de Campo Grande havia registrado 3.724 casos de mulheres vítimas de algum tipo de violência no ano de 1992. O Encontro realizou também o lançamento da campanha *Violência! É preciso dar um basta!* A partir deste momento são desencadeadas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no Mato Grosso do Sul. No ano seguinte, o *Movimento Popular de Mulheres* priorizou, como ação coletiva, a realização

de uma pesquisa sobre a situação da violência contra a mulher no Estado, e outra campanha, com o tema *Violência, tô de olho em você!* A campanha contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB para a criação do Disque Denúncia da violência contra a mulher e atendimentos às mulheres que procurassem o Movimento (NICODEMOS, 2008, p. 199).

A violência doméstica era um tema muito presente nos encontros e reuniões das lideranças do Movimento, influenciando na decisão de realizar as pesquisas. Outra questão muito presente e que causava muito desconforto era o analfabetismo entre as lideranças. Aparecida Gonçalves relembra: “Nós levávamos letras de músicas para nossas reuniões e percebíamos que as mulheres não acompanhavam pelo papel, viravam de baixo para cima, ou do lado contrário, pois não sabiam ler”. Assim, nasceu o *Palmas - Projeto de Alfabetização de Mulheres Adultas*, inicialmente pensado para atender apenas as lideranças do MPM, tomou grandes proporções, com 40 grupos espalhados pelo Estado, alfabetizou 3 mil mulheres no período de 3 anos. O Projeto, que teve fim no ano de 1998, contou com o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Educação para sua realização.

O *Projeto Palmas* foi a primeira experiência do *Movimento Popular de Mulheres* na gestão de uma política pública. A partir dessa experiência, foi desenvolvido o projeto para criação de uma *Casa Abrigo* em Campo Grande, uma referência na proteção das mulheres que viviam em situação de violência. Essa iniciativa contou com o apoio do Vereador Pedro Teruel (PT - Partido dos Trabalhadores) para a apresentação do projeto, que foi aprovado na Câmara Municipal, porém vetado pelo então Prefeito André Puccineli (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e posteriormente implantada pelo Governo Estadual no ano 2000.

Figura 3: Projeto Palmas



(Fonte: Foto do acervo de Aparecida Gonçalves)

Além do *Movimento Popular de Mulheres* e do *SIM – Sistema de Informação da Mulher*, é possível identificar outros movimentos e organizações de mulheres a partir da década de 1980. Em entrevista para esta dissertação, a historiadora e Ex-Coordenadora Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo de MS, Maria Rosana Rodrigues Pinto, afirma que, neste período, chamava atenção a atuação do Setorial de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, que de forma organizada realizava debates, conferências, seminários e rodas de conversas sobre temas de diversas áreas da cidadania das mulheres. As militantes petistas foram responsáveis por elaborações e articulações que produziram um resultado de políticas públicas para as mulheres muito sólidas. Maria Rosana relembra que o setorial realizava formação feminista do partido para as mulheres em todo o Estado. Eram muitos debates, estudos e aprofundamentos: “Organicamente as mulheres do PT sempre foram muito disciplinadas na construção da pauta política, e seguiam o calendário de lutas regularmente, com muitas atividades e mobilizações, muitas vezes em espaços públicos, como as praças e parques”. Mas foi nas campanhas eleitorais de 1996, para a prefeitura de Campo Grande, e de 1998 para o Governo do Estado de MS, que as mulheres tiveram maior visibilidade, participando da elaboração dos Programas de Governos, levantamentos, diagnósticos, sempre feitos com muita seriedade. Além da proximidade do Setorial com os movimentos de mulheres e movimentos sociais, havia também a presença da pauta das mulheres indígenas e do enfrentamento ao racismo, a realidade das mulheres negras sempre foi muito pautada, tudo isso produziu um arcabouço de políticas públicas e quando em 1998 o PT ganhou o governo do Estado, as mulheres participaram de sua composição, muito inteiras e seguras daquilo que elas queriam implementar de políticas públicas.

Assim, nasceu a *Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres*, o primeiro organismo estadual de políticas públicas para as mulheres do Brasil, tendo à frente da coordenação Gilda Maria Gomes dos Santos, presença forte e articulada no governo, além de ser a primeira-dama do Estado. A composição da equipe técnica da Coordenaria contou com a presença de mulheres do Partido dos Trabalhadores, representantes dos movimentos de mulheres, feministas e sociais. A partir daí, são implementadas diversas políticas públicas para as mulheres em diversas áreas em todo território estadual. Para garantir e avançar na construção de uma política de igualdade foi importante fortalecer a institucionalidade.

A construção de políticas que afirmam a igualdade será possível ao serem incorporadas pelo conjunto das ações do governo, por isto a criação da *Coordenadoria Especial de Políticas para a Mulher - CEPM* foi um importante instrumento, com capacidade política para articular

e implementar políticas públicas e ações específicas para as mulheres, atuar na transversalidade, com equipe técnica capacitada e dotação orçamentária assegurada. A partir da criação da *Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres*, diversos municípios do estado iniciaram o processo de discussão e implementação de organismos de políticas públicas para as mulheres. A articulação da CEPM com o conjunto do governo foi importante para construção e desenvolvimento de políticas públicas específicas para as mulheres em diversas áreas, como: educação, saúde, assistência social, geração de renda, habitação, segurança pública, e o enfrentamento à violência doméstica, entre outras.

O enfrentamento à violência doméstica foi uma das áreas com maiores investimentos, considerando que a melhoria das condições de vida das mulheres passa obrigatoriamente pelo estabelecimento de ações e pelo desenvolvimento de uma rede de serviços que lhes ofereça os meios necessários para saírem da situação de vulnerabilidade em que vivem. Desta forma, foram implementadas importantes políticas e ações para o enfrentamento a violência doméstica, tais como:

- *Casa Abrigo de Campo Grande*, e posteriormente no município de Dourados;
- *Centros de Atendimento à Mulher em situação de Violência*, com atendimento especializado, recursos físicos e humanos capacitados;
- *Formação Continuada* para todas as profissionais dos serviços de referência ao atendimento às mulheres, bem como com os operadores do direito, justiça e segurança;
- 13 *Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres*, distribuídas nas principais cidades do estado;
- *Residência Protegida* em Campo Grande, para abrigar mulheres ameaçadas de morte, entre outras políticas e ações.

Embora Mato Grosso do Sul tenha tradição na implementação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, o estado figura entre os principais estados em número de assassinato de mulheres, ocupa o 3º lugar no *ranking* em tráfico de pessoas, uma das piores formas de violação dos direitos humanos, uma afronta à dignidade humana, tendo como principais vítimas as mulheres, crianças e adolescentes. Segundo dados apresentados no Mapa da Violência de Campo Grande (2019), o estado foi o segundo entre as unidades federativas com maior taxa de atendimentos registrados na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no ano de 2014. O levantamento revelou ainda, que dos 79 municípios sul-mato-

grossenses, 65 realizaram chamadas para o 180, atingindo um percentual 83,33%. A capital Campo Grande liderou o topo da lista entre as capitais com a maior taxa de atendimentos registrados. Dessa forma, os caminhos para a mudança desse cenário passam inevitavelmente pela construção e efetivação contínua de políticas públicas para as mulheres. Neste sentido, em fevereiro de 2015, Campo Grande inaugurou a primeira *Casa da Mulher Brasileira* do país, com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Figura 4: Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS



(Fonte: Governo Federal, ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)⁹

Figura 5: Inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS em 03 de fevereiro de 2015



(Fonte: Agência Brasil)¹⁰

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-brasilia>. Acesso em 28/11/2020.

¹⁰ Disponível em - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/dilma-diz-que-e-preciso-avancar-em-leis-que-criminalizam-violencia-contr>. Acesso em 28/11/2020.

2. PROGRAMA MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA

Neste capítulo serão apresentados dados relativos ao *Programa Mulher, Viver Sem Violência*, suas diretrizes e protocolos, elementos sobre a violência de gênero, aspectos da formulação das políticas públicas, em especial a *Lei Maria da Penha*, o *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres* e a *Casa da Mulher Brasileira*.

A *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres*¹¹, também conhecida como a *Convenção de Belém do Pará* (1994), reconhece a dignidade humana como direito irrefutável e consagrado pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Afirma, que a violência contra as mulheres é um grave atentado aos direitos humanos, às liberdades fundamentais. Define como violência contra a mulher, qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano, sofrimento físico, sexual e psicológico, tanto na esfera pública ou privada. Ainda, segundo a Convenção, a violência não está restrita a um determinado grupo racial, étnico ou classe social. Ela está presente em todos os aspectos e vivência das mulheres, afetando o seu desenvolvimento, enquanto ser livre e com igualdade de direitos.

Em 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou a primeira pesquisa em esfera nacional para aferir dados sobre a violência doméstica contra as mulheres, um fenômeno bastante conhecido, mas que durante muito tempo foi pouco discutido, contribuindo para a sua reprodução e a impunidade dos agressores. Denominada *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado* (FPA, 2004), a pesquisa apresentou que uma em cada cinco mulheres brasileiras (19%) declararam espontaneamente que sofreram algum tipo de violência por parte de algum homem; 16% relatam casos de violência física, 2% citam violência psíquica e 1% assédio sexual. Quando estimuladas, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, chegando a 43%. Das entrevistadas, 30% admitem ter sofrido algum tipo de violência física, em algum momento de sua vida. Se destacam, dentre as violências mais citadas, a agressão mais branda sob a forma de tapas e empurrões (20%); ameaça mediante coisas quebradas, roupas rasgadas

¹¹ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” - Realizada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> Acesso em 19 de janeiro de 2021.

(15%); violência psíquica com xingamentos e ofensas à conduta moral (18%); desqualificação constante ao seu trabalho, dentro ou fora de casa (12%).

Ainda, sobre os elementos da pesquisa *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado* (FPA, 2004), os dados apontam que 12% das entrevistadas sofreram ameaça de espancamento, a si e aos filhos; 11% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas; 11% sofreram estupro conjugal; 9% tiveram em algum momento sua liberdade cerceada; 8% foram ameaçadas com arma de fogo e 6% sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam. Sobre a taxa de espancamento, considerando que o percentual de 11% refere-se ao universo de 61,5 milhões, é possível afirmar que 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já sofreram espancamento em algum momento de sua vida. Foram 2,1 milhões de mulheres espancadas nos últimos 12 meses que antecederam a pesquisa. Com os dados aferidos, foi possível dimensionar os números até então desconhecidos, dessa terrível violência, tão presente no cotidiano das brasileiras.

Desta forma, afirma Lopes (2008, p. 42), refletir sobre a condição da mulher e a violência doméstica e familiar é urgente. Esse grave fenômeno psicossocial impacta não só a saúde da mulher como os diversos setores da sociedade. A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas é um processo em construção, fundamental e necessário para alterar as desigualdades de gênero, e também, analisar se as políticas que estão sendo implementadas conseguem atingir de maneira eficaz e eficiente seus objetivos.

De acordo com as *Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimentos do Programa Mulher, Viver sem Violência da SPM* – Governo Federal (BRASIL, 2015), as políticas públicas de gênero voltadas para as mulheres, especialmente as de enfrentamento à violência doméstica vêm sendo desenvolvidas em âmbito nacional desde 2003, com a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM/PR). Responsável por formular, articular, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas para as mulheres de maneira integrada e transversal, com responsabilidade compartilhada entre os ministérios. Os marcos legais balizadores dessas políticas são o *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (PNPM)¹², a *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, o *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres* e, desde 2013, o *Programa Mulher, Viver Sem Violência*.

¹² **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/pnpm-relatorio.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi elaborado na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em junho de 2004, com o tema *Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero*, teve como um dos principais objetivos a criação de uma *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Essa Política apresentou os conceitos, os princípios, as diretrizes e as ações de prevenção e combate à violência, conforme normas e instrumentos de direitos humanos e legislação nacional.

Embora a primeira Conferência Nacional tenha criado uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, foi com a criação da Lei Maria da Penha (Lei Federal n. 11.340) de 07 de agosto de 2006, que essa política se efetivou como importante instrumento de enfrentamento a essa terrível violência, e a punição de seus agressores. Criou mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar, tipificou suas diversas formas, e garantiu a assistência, procedimentos adequados, e encaminhamentos necessários. Além de manifestar-se sobre a atuação das autoridades policiais, Ministério Público e assistência jurídica, a Lei Maria da Penha é reconhecida pela Organização das Nações Unidas como uma das três legislações mais avançadas do mundo, no que se refere à violência contra a mulher. Em 2010, quatro anos após sua criação, a Lei Maria da Penha já era considerada a lei mais conhecida do país, de acordo com a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública* (FPA, 2013), 84% das entrevistadas já conheciam ou tinham ouvido falar da Lei, com os entrevistados homens os índices chegaram a 85%.

Em 2007, foi lançado o *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Um acordo estabelecido entre os três níveis federativos, o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais, tendo como objetivo central, o planejamento de ações para consolidar e fortalecer a *Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, implementando políticas públicas integradas em todo o território nacional. O *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* está estruturado nos seguintes eixos:

1. Garantia de aplicabilidade da Lei Maria da Penha;
2. Ampliação e fortalecimento da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência;
3. Garantia da segurança cidadã e acesso à justiça;

4. Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres;
5. Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos. (Programa Mulher, Viver Sem Violência - Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento, (BRASIL, 2015)).

A construção do Pacto foi fundamental para a consolidação da *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, uma vez que para ser efetivada precisava contar com o aparato da segurança pública, que fica sob a responsabilidade dos governos estaduais. O Pacto garantiu consideráveis avanços na implementação da política, porém, foram muitos os desafios para a realização das ações. Fatores como as barreiras culturais contribuem para esse entrave, dificultando os compromissos dos governos com as políticas para as mulheres, principalmente as de enfrentamento à violência doméstica, ainda considerada como uma questão privada na qual o governo não deve intervir.

O Estado de Mato Grosso do Sul, foi a segunda unidade federativa do país a assinar, em 2008, o *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Diferente de muitos estados, em Mato Grosso do Sul e especialmente em sua capital, Campo Grande, já existiam os serviços essenciais de atendimento às mulheres vítimas de violência, como o *Centro Especializado de Atendimento à Mulher* em Campo Grande e Dourados; a *Casa Abrigo* para mulheres em risco de morte em Campo Grande e Dourados, 13 (treze) Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, distribuídas pelas cidades pólos, sendo a de Campo Grande com atendimento 24h; o *Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública*; a *Vara de Violência contra as Mulheres*; e a *Promotoria de Defesa da Mulher*, naquele período, funcionando em espaços físicos diferentes.

Com o objetivo de consolidar, fortalecer e ampliar a política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres em desenvolvimento no país, foi criado, em 2013, o *Programa Mulher, Viver sem Violência*, que para ser implementado contou com a assinatura do termo de adesão com os governos estaduais e municipais, e acordos de cooperação com os tribunais de justiça, ministérios públicos e defensorias públicas estaduais, que devem disciplinar sobre o compromisso assumido por essas instâncias. É importante ressaltar a ação do Governo Federal, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres, na articulação política com os demais organismos federais, estados e municípios, garantindo a construção coletiva de políticas públicas que sejam concretas, transformem realidades e garantam direitos.

O *Programa Mulher, Viver sem Violência* possui seis estratégias de ação, são elas:

1. Criação da Casa da Mulher Brasileira;
2. Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180;
3. Criação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas;
4. Organização e Humanização do Atendimento às vítimas de violência sexual;
5. Implantação das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta (Rodoviárias e Fluviais); e
6. Realização de Campanhas Continuadas de Conscientização.

A gestão do programa é realizada no âmbito federal por um *Comitê Gestor Nacional*, coordenado pela *Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República* e, nos âmbitos estadual e municipal, por um *Grupo Executivo*, vinculado à *Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, em sua respectiva unidade federativa. Já o *Comitê Gestor Nacional do Programa Mulher, Viver sem Violência* é composto por uma representante titular e uma suplente da *Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República*, que coordena o comitê; do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Ministério da Justiça; do Ministério da Saúde (BRASIL, 2015, p. 11-12).

Na *Norma Técnica: atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual*, o *Programa Mulher, Viver sem Violência* é definido da seguinte forma:

Uma ação importante para garantir a união necessária de esforços para combater as várias formas de violência contra as mulheres, assegurar e garantir o acesso ao atendimento integral e humanizado, do qual necessita nesse contexto, contribuir para o enfrentamento da impunidade dos agressores. Propõe o fortalecimento e a consolidação, em âmbito nacional, da rede integrada de atendimento às mulheres em situação de violência, envolvendo e articulando as diversas áreas de assistência, atenção, proteção e defesa dos direitos das mulheres em situação de violência. (BRASIL, 2015, p. 08)

Para a implementação do Programa, que conta com um conjunto de estratégias e ações, foi fundamental a participação e o compromisso dos gestores de órgãos e serviços públicos das três esferas de Estado e de governo e o sistema de justiça. Desde 2013, também fazem parte do Comitê: o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais.

2.1. Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande - MS

A *Casa da Mulher Brasileira* está inserida no *Programa Mulher: Viver sem Violência*, lançado no ano de 2013, sendo a unidade de Campo Grande a primeira implementada no país. As Diretrizes e Protocolos de Atendimento, definem a CMB como:

Um espaço de acolhimento e atendimento humanizado que tem por objetivo geral prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso delas aos serviços especializados, além de garantir condições para o enfrentamento da violência, a emancipação e autonomia econômica a essas mulheres (BRASIL, 2015, p. 14).

É uma experiência única e revolucionária no enfrentamento à violência contra as mulheres. Reúne no mesmo espaço físico todos os equipamentos públicos especializados voltados às mulheres em situação de violência, articulando e integrando os serviços, desta forma, evita que as vítimas tenham que percorrer por todos os equipamentos de atendimento, o que fez com que muitas desistissem de seguir com o processo ou que fossem revitimizadas. Esse incremento vai garantir atendimento humanizado e maior agilidade nos atendimentos, encaminhamentos e andamento dos processos.

A revitimização, humilhações e constrangimentos eram apontados frequentemente por mulheres que sofreram violência doméstica ao buscarem atendimentos nos diversos equipamentos públicos. Safiotti (2004, p. 92), afirma, que “muitas audiências eram feitas nos corredores, por mesárias, sem a presença de juiz, nem de promotor”. As penas eram brandas, variavam entre o pagamento de pequenas multas, entrega de uma cesta básica a uma instituição de caridade e, excepcionalmente, prestação de serviços à comunidade. Sem contar, a celeridade dos processos que levavam em média de 6 a 8 meses para encontrar solução, que pode ser provisória, com a reincidência na prática da violência doméstica.

De acordo com a Aparecida Gonçalves, o *Programa Mulher, Viver sem Violência* e a *Casa da Mulher Brasileira* são frutos de uma avaliação do *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Segundo ela, mesmo com todos os investimentos e a implementação das DEAMs, dos *Centros de Referências*, *Casas Abrigos* e capacitação de pessoal, as mulheres continuavam morrendo com boletim de ocorrência na mão, ou não. Neste sentido, a *Casa da Mulher Brasileira* surgiu com a proposta de integração dos serviços, para evitar e revitimização e facilitar a vida das mulheres com atendimento rápido.

Aparecida Gonçalves, afirma ainda, que a *Casa da Mulher Brasileira* é uma experiência única no país:

Você coloca no mesmo espaço físico o poder executivo municipal, o poder executivo estadual, governo federal, poder judiciário, ministério público e defensoria pública. Instituições tão diferentes para atender uma vítima de violência. A CMB inova o conceito político, sua integralidade não está nos equipamentos ocuparem o mesmo espaço físico, e sim, na integralidade do atendimento, integral e humanizado.

Camargo (1998, p. 121) observa que a violência contra a mulher, por ser um problema complexo, que possui profundas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder da sociedade, o seu enfrentamento exige o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas, a mobilização e a conscientização da sociedade, sendo fundamental o comprometimento dos governos e dos mais amplos setores sociais para a construção de um profundo respeito e igualdade nas relações de gênero. A partir desse entendimento, o *Programa Mulher, Viver sem Violência*, através da *Casa da Mulher Brasileira*, atua diretamente no problema, criando mecanismos adequados para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Inaugurada em 03 de fevereiro de 2015, a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, constitui um serviço da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, atuando em parceria com a *Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM*, *Centro de Referência de Atendimento à Mulher*, *Casa Abrigo*, *Defensoria Especializada*, *Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, *Promotoria Especializada*, *Patrulha Lei Maria da Penha* e com os demais parceiros da rede socioassistencial, rede de saúde, entre outros.

De acordo com a entrevistada Eloísa Castro Berro, primeira Coordenadora da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, foi um grande desafio reunir e articular no mesmo espaço físico os serviços de atendimento à mulher em situação de violência, uma vez, que esses serviços não eram isolados e precisavam estar articulados. No período da implantação, já contavam com uma média de 200 funcionários.

Essa integração não foi uma tarefa fácil, tendo em vista, que cada instituição tem seu tipo de procedimento, e para garantir um atendimento humanizado, proposto desde a concepção da *Casa da Mulher Brasileira*, foi necessário realizar diversas capacitações, para que todos os funcionários conhecessem e entendessem o funcionamento do conjunto dos serviços e o conceito de violência de gênero.

Outro ponto importante, levantado por Eloísa, foi a criação do *Comitê Gestor*, composto por representantes de todos os equipamentos que integram a CMB. Segundo ela, embora houvesse uma coordenação geral, as decisões eram tomadas coletivamente pelo *Comitê Gestor*, fazendo com que todos participassem das discussões e da tomada das decisões e fossem

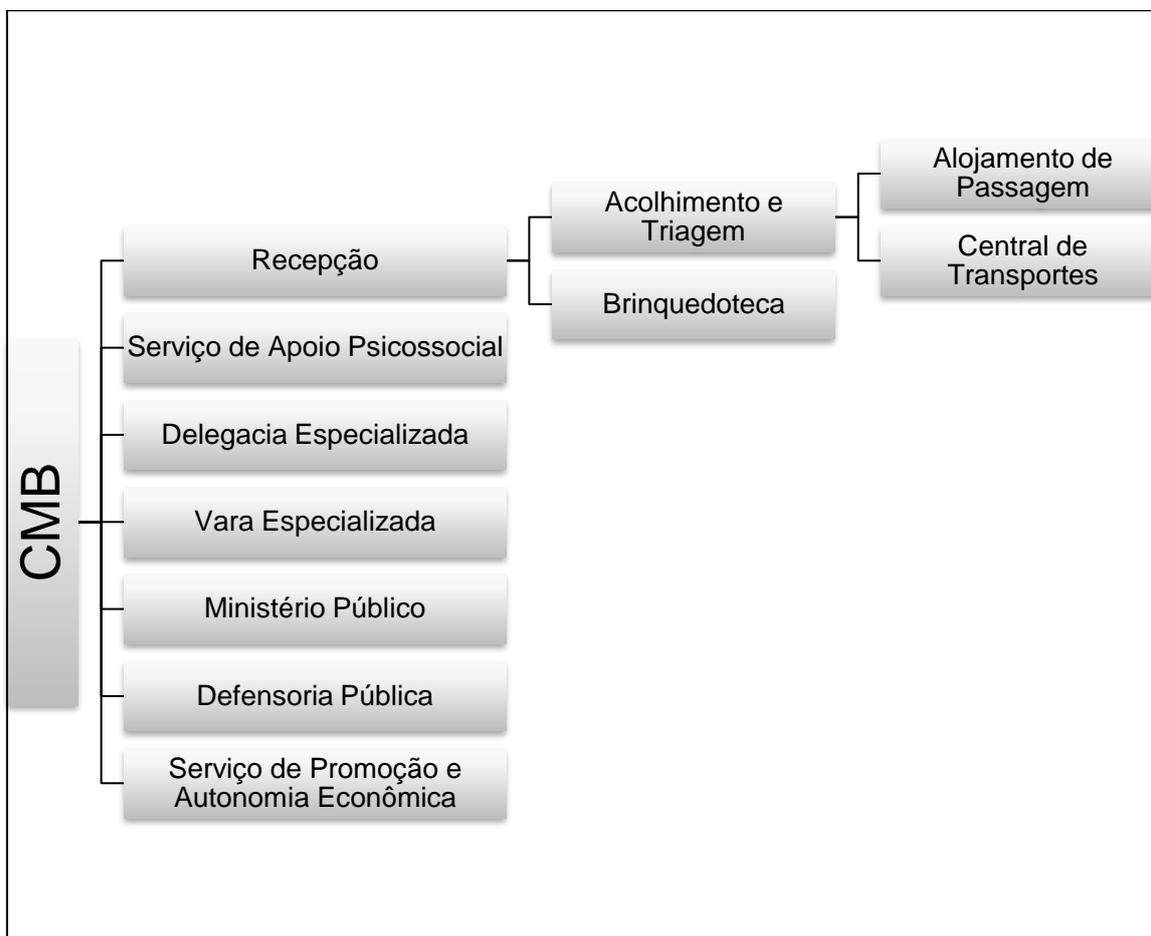
também, responsáveis por elas. E foi assim, coletivamente, que se deu a construção das *Diretrizes Gerais* e os *Protocolos de Atendimento* da CMB. Neste processo, foram realizadas diversas reuniões com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, e com o *Comitê Gestor*, discutindo os protocolos de atendimento de todas as instituições que compõem a casa.

As *Diretrizes Gerais* e *Protocolos de Atendimento* (Programa Mulher, Viver sem Violência), da *Casa da Mulher Brasileira – CMB*, apresentam entre seus objetivos específicos:

Oferecer às mulheres em situação de violência o acolhimento em serviços de referência com atendimento humanizado, realizado por profissionais capacitados e especialistas de diversas áreas; o acesso à justiça de forma rápida e precisa, inclusive com abrigo temporário de até 48h para aquelas que estão sob o risco de morte; e por fim, a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeira (BRASIL, 2015, p. 14).

Dessa forma, sua estrutura foi desenvolvida para atender as mulheres, nas diversas etapas pelas quais terão de enfrentar. Para tanto, inclui em um mesmo espaço físico os serviços das diferentes áreas envolvidas no atendimento, são elas:

Figura 6: Serviços e áreas envolvidas no atendimento da CMB



Fonte: Da Autora.

1. **Recepção:** É na Recepção que a mulher recebe o seu primeiro atendimento. Aqui são coletadas informações pessoais, e os dados sobre a situação de violência. A equipe que atende na Recepção é responsável também por contribuir para que o fluxo de pessoas e as relações entre os diversos setores funcionem da melhor maneira possível, para tanto, precisam conhecer bem toda a estrutura e o funcionamento dos serviços.

2. **Serviço de Acolhimento e Triage:** O serviço de Acolhimento tem a responsabilidade, através de escuta qualificada, compreender a situação de violência vivenciada pela mulher, seu relato, demandas e necessidades imediatas, para orientar a vítima sobre os encaminhamentos e os serviços da CMB.

Na Triage são observadas as possibilidades de enfrentamento à violência sofrida, e em seguida, o encaminhamento para o atendimento integral e humanizado. Atua em conjunto com a Recepção e o Acolhimento, realizam os registros dos dados pessoais das vítimas, as informações sobre a violência, prestam acolhimento humanizado de pessoas em situação de violência, e encaminham ao setor adequado.

3. **Serviço de Apoio Psicossocial:** A equipe multidisciplinar dá suporte aos demais serviços da Casa e presta atendimento psicossocial continuado. O objetivo é auxiliar a mulher a superar o impacto da violência sofrida e promover o resgate de sua autoestima, autonomia e cidadania como sujeito de direitos.

A partir deste atendimento inicial, foi criado o *Programa de Atendimento Psicossocial Continuado*, o *Conte*. O *Conte*, como é chamado carinhosamente pela equipe do Atendimento Psicossocial, nasceu do *Conte conosco, estamos aqui para te ajudar*, consiste no acompanhamento continuado às mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, que realizaram procedimentos na CMB. Está alinhado ao Pacto Nacional de Enfretamento à Violência Contra a Mulher, tendo como eixos centrais, a transversalidade de gênero, articulando as diversas políticas públicas; a intersetorialidade com a execução, através da pactuação com entidades públicas e privadas; e a capilaridade, com a execução do projeto nas 7 regiões do município de Campo Grande.

A equipe de atendimento do *Conte* realiza visitas ao domicílio das atendidas, promovem reuniões, oficinas crítico-emancipatório em grupo, rodas de conversas sobre diversos temas referentes à saúde da mulher, autonomia e direitos humanos, entre outros. Atuam

na formação de redes de apoio entre as mulheres atendidas, e a promoção de parcerias com instituições para qualificação, com vistas a autonomia financeira.

4. **Alojamento de Passagem:** O espaço de abrigo temporário é de curta duração, no máximo até 48h, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de suas/seus filhas/os, que correm risco iminente de morte.
5. **Brinquedoteca:** A Brinquedoteca é um espaço preparado para receber as crianças, enquanto suas mães fazem os atendimentos necessários. Conta com profissionais qualificados para o atendimento com as crianças.
6. **Central de Transportes:** Possibilita o deslocamento de mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira para os demais serviços da Rede de Atendimento, tais como: serviços de saúde, rede sócio assistencial (CRAS e CREAS) e órgãos de medicina legal.
7. **Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM:** são unidades especializadas da Polícia Civil, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, entre outros. O atendimento da DEAM é 24h, incluindo feriados e finais de semana, período de maior ocorrência da violência doméstica. É o serviço com maior número de atendimentos realizados na CMB.
8. **Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher:** Os Juizados Especializados são órgãos da justiça responsáveis por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme previsto na Lei Maria da Penha.
9. **Ministério Público:** A Promotoria Especializada do Ministério Público tem como objetivo central promover a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres. Atua também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento.
10. **Defensoria Pública:** Os Núcleos Especializados da Defensoria Pública têm a finalidade de orientar as mulheres sobre seus direitos, prestar assistência jurídica e acompanhar todas as etapas do processo judicial, de natureza cível ou criminal.
11. **Serviço de Promoção e Autonomia Econômica:** Esse serviço é uma das “portas de saída” da situação de violência para as mulheres que buscam sua autonomia econômica, por meio de inserção no mercado de trabalho; de outras formas de acesso à renda; de melhoria de suas condições e qualificação profissional; de educação financeira e para

autonomia. O serviço busca facilitar os acessos a oportunidades e programas públicos, promovendo o fortalecimento econômico das mulheres.

Na *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, além da DEAM, a Recepção, Acolhimento e Triagem, Atendimento Psicossocial e Alojamento de Passagem, possuem atendimento 24h, nos demais órgãos os atendimentos funcionam no horário oficial de expediente, buscando agilizar as solicitações neste período.

Segundo o *Relatório de 1 ano e 7 meses da Casa da Mulher Brasileira* (BRASIL, 2016), da necessidade de armazenar e gerir todo o atendimento prestado à mulher em situação de violência, de forma a ter um melhor controle para a tomada de decisões, foi criado o *Sistema Iris*. O nome se refere a uma deusa mensageira da mitologia grega. O sistema foi desenvolvido pelo Instituto Municipal de Tecnologia da Informação, da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

No artigo intitulado *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande - MS: Atendimento Integrado e Humanizado às Mulheres em Situação de Violência*, publicado no Jornal Correio do Estado em 08 de março de 2018, a autora Eloísa Castro Berro, primeira coordenadora da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, afirma que a CMB é um projeto revolucionário de enfrentamento à violência, pois funciona 24 horas, integra e articula os equipamentos públicos voltados às mulheres em situação de violência. Relata que no período de 1 ano e 7 meses de funcionamento da CMB, foram atendidas 18.650 mulheres e realizados 96.013 procedimentos, tais como: boletins de ocorrência, prisões de agressores, medidas protetivas, audiências de custódia, orientações jurídicas, apoio psicossocial, visitas domiciliares, encaminhamentos à rede de atendimento e ao mercado de trabalho.

Ainda sobre os números de atendimentos e encaminhamentos realizados pela *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, segue abaixo a tabela com o *Relatório de Fluxo de Atendimento* referente ao mês de fevereiro de 2015, sendo este o primeiro levantamento dos atendimentos e encaminhamentos realizados pela CMB de Campo Grande (BRASIL, 2016).

Tabela 1: Relatório de Fluxo de Atendimento referente ao mês de fevereiro de 2015

Setor	Atendimentos/Encaminhamentos	Números	Total
Recepção	Atendimento Psicossocial	85	392
	DEAM	267	
	Defensoria Pública	40	
Atendimento Psicossocial	DEAM	82	187
	Defensoria Pública	72	
	DPCA	01	
	CRAS/CREAS	14	
	Conselho Tutelar	02	
	Alojamento de Passagem	06	
	CAPS	19	
	UPA/UBS	04	
	Casa Abrigo	03	
	Emprego e Renda	15	
DEAM	Boletins de Ocorrência	105	341
	Exames no IML	51	
	Defensoria Pública	24	
	Autos de Prisões em Flagrante	51	
	Medidas Protetivas	64	
	Atendimento Psicossocial	35	
Defensoria Pública	Resoluções Internas em Atendimento ao Público	92	92
Promotoria de Justiça	Encaminhamento à Supervisão das Promotorias de Justiça Criminal	01	03
	Entrega de Mandado de Intimação de Medida Protetiva	01	
	Encaminhamento a 69 Promotorias de Justiça	01	
Guarda Municipal	Prisões	03	24
	Encaminhadas à DEAM	02	
	Encaminhamentos ao IML	05	
	Encaminhamento ao atendimento de Saúde	05	
	Conduzidas à residência após atendimento	1	
Emprego e Renda	Mercado de Trabalho	13	17
	Providências de Documentação	04	
Brinquedoteca	Crianças Atendidas Durante o Atendimento das Mães.	89	89
Alojamento	Encaminhadas para os CRAS/CREAS, Casa Abrigo, IML e Residências dos pais.	14	14
Total de atendimentos e encaminhamentos			1.188
Total de Mulheres Atendidas			392

Fonte: Relatório de 01 ano e 07 meses da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande - MS

Os dados acima apontam que já no início do funcionamento da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, houve uma considerável procura por atendimentos, tendo a *Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher* o serviço de maior procura, registrando 341 atendimentos neste primeiro mês de funcionamento.

Para melhor análise dos dados e avaliação da política, a tabela abaixo, apresenta os números de Atendimentos e Encaminhamentos referentes ao mês de fevereiro de 2016, um ano após o início do funcionamento da CMB.

Tabela 2: Relatório de Fluxo de Atendimento referente ao mês de Fevereiro de 2016

Setor	Atendimentos/Encaminhamentos	Números	Total
Recepção	Recepção	1.085	1.085
Atendimento Psicossocial	Acolhimento e Triagem	658	1.997
	Atendimento Psicossocial	517	
	Encaminhamentos Internos	733	
	Encaminhamentos Externos	89	
3 Vara	Concedida Medida Protetiva	217	320
	Não concedida Medida Protetiva	04	
	Revogada Medida Protetiva	99	
DEAM	Recepção (Vítimas e acompanhantes)	1.720	2.435
	Boletins de Ocorrência	623	
	Autos de Prisões em Flagrante	32	
	Agressores Presos	60	
Defensoria Pública	Assistência Jurídica	182	182
Promotoria da Justiça	Pedido de Prisão	02	84
	Orientação Jurídica	05	
	Desistência de Medida Protetiva	21	
	Ligue 180	54	
	Atendimento de Advogado	02	
Guarda Municipal e Patrulha Lei Maria da Penha	Acompanhamento de Medidas Protetivas	357	357
Polícia Militar	Ocorrências	71	71
Brinquedoteca	Crianças atendidas durante o atendimento das mães	193	193
Alojamento	Mulheres	11	35
	Crianças	14	
	Encaminhadas para a Casa Abrigo	01	
	Conduzidas para Casa de Parentes	07	
	Conduzidas para a Própria Residência	02	
Autonomia Econômica	Mercado de Trabalho	20	20
Total de Atendimentos e Encaminhamentos			6.779
Total de Mulheres Atendidas			1.085

Fonte: Relatório de 01 ano e 07 meses da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS.

Os dados dão a dimensão do crescimento nos números de atendimentos e encaminhamentos da CMB, um aumento de mais de 500% num curto período de um ano. A DEAM continua sendo o serviço mais procurado com 2.435 atendimentos realizados no período de 28 dias, uma média de 87 atendimentos por dia. Seguido pelo Atendimento Psicossocial que registrou neste período 1.997 atendimentos.

Ainda de acordo com o *Relatório da Casa da Mulher Brasileira* (BRASIL, 2016), a gestão da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* foi organizada por meio do Colegiado Gestor, da Coordenação Compartilhada e da Gerência Administrativa. Essa proposta promove um modelo inovador de governança, potencializada pela integração participativa, favorecendo uma composição horizontal autônoma e ao mesmo tempo integrada na condução das ações desenvolvidas. A coordenação executiva do Colegiado Gestor fica sob a responsabilidade da coordenação da CMB, que por sua vez é nomeada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. Atua em sistema de corresponsabilidade, compartilhando as responsabilidades. Possui um Colegiado Gestor, composto pelas representações dos diversos serviços implantados na *Casa da Mulher Brasileira* para o atendimento integral de mulheres em situação de violência. Tem a função de integrar áreas e diferentes formações profissionais, como a Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres – DEAM, apoio Psicossocial e Promoção da Autonomia Econômica, no sentido de oferecer intervenções positivas e humanizadas às situações de violência baseadas no gênero, cometidas contra as mulheres que procuram o serviço.

O Colegiado é um espaço democrático, no qual as representações dos serviços ali instalados se reúnem para tratar os assuntos que lhe são pertinentes de forma coletiva. Estão entre suas atribuições, elaborar o regimento interno da *Casa da Mulher Brasileira*, garantir a integração entre os serviços da CMB, elaborar o plano de ações estratégicas para os serviços, avaliar a resposta articulada dos serviços e acompanhar de forma sistemática o aprimoramento do trabalho desenvolvido (BRASIL, 2016).

Entre as atribuições da Coordenação da *Casa da Mulher Brasileira* estão: a coordenação de reuniões mensais e extraordinárias do Comitê Gestor; orientar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação dos serviços; definir, junto com a equipe técnica, os protocolos de atendimento e serviços; acompanhar a integração e a atualização dos protocolos de atendimento; gerenciar e monitorar seu sistema de informações; acompanhar a execução programática e orçamentária da CMB; entre outras.

A SEMU (Subsecretaria de Políticas para a Mulher) da administração municipal é a responsável pela gestão da CMB no que se refere à estrutura necessária para a execução dos serviços. Em 2016, eram 232 servidoras municipais atuando para atender a demanda, destas, 106 são servidoras concursadas da prefeitura municipal, representando 45,68%, 77 são vinculadas diretamente à SEMU, e as demais são da Patrulha Maria da Penha¹³, ligada à Guarda Civil Municipal e à Fundação Social do Trabalho (FUNSAT).

Nesta cooperação, a *Casa da Mulher Brasileira* vem se consolidando como o principal instrumento de atendimento às mulheres vítimas de violência no Estado de Mato Grosso do Sul. A única unidade no país com atendimento 24h, e com seu funcionamento integralmente realizado de acordo com o protocolo estabelecido em seu projeto inicial.

É importante ressaltar que a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* foi a primeira implementada no país, as Diretrizes Gerais e os Protocolos de Atendimentos foram elaborados por sua equipe técnica juntamente com sua coordenação e a equipe da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, a partir dos protocolos de atendimento de todos os equipamentos que compõem a CMB. As experiências e o material elaborado pela *Casa da Mulher de Campo Grande*, serviu de referência na implementação das outras unidades da *Casa da Mulher Brasileira*, instaladas posteriormente em outras unidades federativas.

¹³ A *Patrulha Lei Maria da Penha* foi criada em março de 2015, um mês após a inauguração da Casa da Mulher Brasileira e, desde então, integra os serviços oferecidos pela CMB. Sua atribuição é atuar na proteção, prevenção, monitoramento e acompanhamento das mulheres em situação de violência doméstica que possuem medidas protetivas de urgência. Seu corpo técnico é formado por agentes da Guarda Municipal de Campo Grande, contando com 26 profissionais, realizam atendimentos 24h por dia, todos os dias da semana. A Patrulha Maria da Penha atende em média 380 casos por mês.

3. A INTEGRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Neste capítulo, trabalharemos a integração dos equipamentos públicos e serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Esta análise se dará a partir do conceito de Rede, integração das políticas públicas e serviços, e a verificação de documentos da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* que apresentam uma nova experiência, reunindo a *Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher* no mesmo espaço físico.

Com raízes na construção social e no patriarcado, a violência contra as mulheres é um fenômeno que atinge indistintamente mulheres em toda a sociedade. Independe de raça, classe social, escolaridade e orientação sexual, desponta entre as principais formas de violação dos direitos humanos das mulheres, atingindo-as no seu direito à vida, à saúde e à integridade física. Para combater essa terrível violência, dentre as principais estratégias governamentais, estão a articulação e a integração dos serviços que compõem a *Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, evitando a revitimização das vítimas, e garantindo um atendimento ágil, integrado e humanizado.

O modelo de Gestão em Redes tem se apresentado como novo e importante mecanismo de organização social, tanto no âmbito do Estado, como da sociedade. Fleury e Ouverney (2007), afirmam que as Redes têm sido propostas para administrar políticas e projetos em que é necessária maior interação dos agentes públicos e privados, com o compartilhamento de informações necessárias para a solução dos problemas. A gestão eficaz das Redes, implica numa atuação compartilhada, em que todos os agentes participem das discussões e da tomada de decisões políticas e administrativas, compartilhando as responsabilidades, atuando conjuntamente no monitorando e na avaliação dos processos, de forma que os resultados sejam satisfatórios para todos os envolvidos.

As redes não são, simplesmente, um arranjo poliárquico entre diferentes atores dotados de certa autonomia, mas um sistema que busca, deliberadamente, no plano de sua institucionalidade, aprofundar e estabelecer padrões estáveis de inter-relações. Aponta, como principais vantagens do trabalho em redes: a capacidade de aprendizagem; o funcionamento de canais de difusão de conhecimentos e a utilização das informações existentes para produzir novos conhecimentos; a legitimação e status; a criação de vínculos diversificados entre atores e organizações, permitindo, reduzir as incertezas nas políticas e nos programas; e os benefícios econômicos, tendo em vista que as relações de intercâmbio possibilitam ganhos de escala, com redução de custos e melhoria da qualidade (MENDES, 2011, p. 79).

Os modelos de Redes têm sido cada vez mais utilizados nas diferentes áreas das administrações públicas e privadas para superar modelos segmentados, isolados, e sem interação, que comprometem o atendimento à população, que deveria ser de qualidade, contínuo e eficiente. Muitos são os avanços no incremento das Redes, como processo de mudanças e superação à fragmentação. Neste sentido, a saúde pública vem se despontando como uma das áreas em que mais se avançou na gestão através das Redes, com a implantação das Redes de Atenção à Saúde.

As redes de atenção à saúde são organizações poliárquicas de conjuntos de serviços de saúde, vinculados entre si por uma missão única, por objetivos comuns e por uma ação cooperativa e interdependente, que permitem ofertar uma atenção contínua e integral a determinada população, coordenada pela atenção primária à saúde prestada no tempo certo, no lugar certo, com o custo certo, com a qualidade certa e de forma humanizada, com responsabilidades sanitárias e econômicas por esta população. (MENDES, 2011, p. 04)

A organização em rede das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, teve início em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres pelo Governo Federal. A partir daí as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas e passaram a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e inclusive de responsabilização dos agressores, com a criação da Lei Maria da Penha. Até então, as *Casas Abrigo* e as *Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher* – DEAMs constituíram as principais respostas dos governos (federal, estaduais e municipais) à questão da violência contra as mulheres.

Neste contexto, a rede de atendimento às mulheres, em situação de violência, foi redimensionada, passando a compreender outros serviços que não somente os abrigos e as DEAMs, tais como: Centros de Referência da Mulher, Defensorias da Mulher, Promotorias da Mulher ou Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos, Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), entre outros.

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres definido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2011), diz respeito à atuação articulada entre as instituições e serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam a autonomia das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

A rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes áreas, como a saúde, justiça, segurança pública e assistência social, que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e humanização do atendimento. A constituição da rede de enfrentamento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, justiça, a cultura, entre outros (BRASIL, 2011. p. 14.)

Desta forma, a *Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres* se apresenta como um importante mecanismo de gestão e integração de ações, saberes e esforços de diferentes setores da política pública, com o objetivo de construir objetos comuns de intervenção entre eles, para o enfrentamento mais articulado dos problemas sociais.

No *Mapa da Violência de Campo Grande* (2019), o conceito de Rede foi apresentado como forma de estudar o enfrentamento à violência contra a mulher, considerando as suas variáveis e interconexões, fugindo de conclusões e respostas simplistas. Somente por uma abordagem, compreensão e trabalho em rede, conectando informações e grupos é que se alcançará um novo patamar no entendimento sobre as formas de combater as violências existentes. Ainda, segundo o *Mapa da Violência de Campo Grande* (2019, p. 06), “A violência se dá em rede, e também em rede ela deve ser enfrentada”. Neste sentido, é importante a integração das políticas públicas, a efetivação dos serviços e os atendimentos humanizados. Uma vez, que a permissão de uma violência abre espaço para outras. Assim, não pode haver espaço para concessões quando se trata de violência, ainda mais, quando elas figuram os mais altos índices.

3.1. Metodologia, Análise das Entrevistas e Avaliação da Política

A pesquisa se deu a partir da análise documental da *Casa da Mulher Brasileira*, como relatórios mensais e anuais, diretrizes e protocolos e o regimento interno; foram realizadas entrevistas; visita *in loco* e aplicação de questionário, que em razão da Pandemia do COVID-19, não foi possível realizar de forma presencial¹⁴. Para obtenção dos dados sobre os diversos

¹⁴ O COVID-19, também conhecido como Coronavírus, é um vírus que surgiu na cidade de Wuhan na China no final de 2019, e rapidamente se alastrou pelo mundo afora. Os sintomas, na maioria das pessoas infectadas, são leves, como tosse, cansaço e febre, mas em muitos casos os sintomas são mais graves como a dificuldade para respirar e pressão no peito, podendo levar a óbito. O vírus ataca como maior força os idosos e as pessoas que apresentam baixa imunidade, doenças pulmonares ou cardíacas. Para evitar a proliferação de seu contágio, foram aplicadas diversas medidas de restrições, como suspensão do transporte público, fechamentos de parques, suspensão de aulas, diminuição no horário do comércio, entre outros. Com quase 11 milhões de infectados, o Brasil já ultrapassou o número de 260 mil mortes, na primeira semana de março de 2021, só ficando atrás dos Estados Unidos da América e da Índia. Disponível em <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em 05/03/2021.

equipamentos e serviços que integram a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, foi aplicado um questionário com 4 (quatro) questões abertas, respondido pelas gestoras dos seguintes equipamentos:

- Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Campo Grande conjuntamente com a Coordenação da Casa da Mulher Brasileira,
- Núcleo de Atendimento Psicossocial,
- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM,
- Defensoria Pública,
- Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher,
- Promotoria Especializada do Ministério Público, e
- Patrulha Lei Maria da Penha.

Tendo em vista que a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* é uma política pública relativa ao atendimento das mulheres em situação de violência, a primeira questão apresentada, indaga: ***Você avalia essa política como inovadora?***

Todas as 11 (onze) gestoras que responderam ao questionário, avaliam que a política é inovadora. Consideram essa inovação ser fruto das mobilizações e interlocuções dos movimentos sociais e de mulheres em Campo Grande e no Estado do Mato Grosso do Sul com órgãos oficiais das três esferas de governo; da integração das instituições em um único espaço físico, facilitando o acesso e a comunicação entre as instituições, esta última ponderação foi apresentada majoritariamente pelas gestoras, e, do atendimento integral às necessidades das mulheres. Afirmam que dentre os pontos positivos, é importante considerar:

1. A construção coletiva das Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento, envolvendo representantes de órgãos públicos, universidade e sociedade civil organizada;
2. A idealização e construção de uma unidade pública a partir de uma lógica de sistema composto por entes públicos que realizam atendimentos às mulheres;
3. A criação de novos serviços como o Serviço de Atendimento Psicossocial, Central de Transportes, Serviço de Autonomia Econômica, Alojamento de Passagem, Brinquedoteca, Patrulha Lei Maria da Penha e formatação do Sistema Iris que visa garantir o controle e a fiel execução das diretrizes;

4. Maior agilidade na prestação do atendimento;
5. Intersetorialidade e a integração das instituições no mesmo espaço físico; e
6. Atendimento humanizado e adequado ao enfrentamento da violência contra a mulher.

A segunda questão levantada foi a seguinte: *Considerando a integração dos equipamentos públicos, há dificuldades para o desenvolvimento dos serviços?*

Nesta questão, as opiniões se dividem. Algumas gestoras não encontram dificuldades para o desenvolvimento dos serviços e outras apontam algumas dificuldades que foram vencidas paulatinamente, dentre elas:

1. O desconhecimento por parte de alguns serviços e setores das especificidades e do cotidiano de cada instituição, exigindo empenho e formação continuada para melhor compreensão dos fatores envolvidos nas situações da violência de gênero e na qualificação do atendimento às mulheres;
2. A possível suspensão do funcionamento integral da Casa da Mulher Brasileira, em 2016, devido a descontinuidade de repasses de recursos pelo governo federal;
3. A sistematização dos atendimentos desenvolvidos, a análise dos dados por cada equipamento público, considerando que cada serviço tem um sistema próprio, bem como o monitoramento e avaliação dos mesmos;
4. A dificuldade em integrar outros equipamentos públicos e políticas de proteção à mulher como a disponibilidade de vagas de empregos, acesso a políticas de habitação e a garantia de vagas em Ceinfs, e escolas para seus filhos; e
5. Manter a periodicidade da formação continuada dos servidores, considerando que cada entidade tem gestão própria, e a avaliação diversa das necessidades de capacitação e formação continuada para o atendimento.

Para as gestoras que não encontraram dificuldades para implementar os serviços, foi lhes perguntado, sobre as facilidades na implementação. Os destaques apresentados são:

1. Integração dos serviços no mesmo espaço físico, garantindo maior agilidade nos procedimentos;
2. Troca e soma de ideias; e
3. Apoio de instituições para com as demais, dentro de suas possibilidades.

A terceira pergunta do questionário vai diretamente no objetivo da nossa pesquisa. ***Você avalia que essa política pública avançou na integração com os equipamentos e serviços?*** Nesta questão, houve consenso de todas as gestoras, ao afirmarem a verificação dos avanços. São eles:

1. Possibilitou uma forma de integração e atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero mais humanizada e qualificada, a partir de uma articulação de serviços nunca antes vista em nenhuma parte do Brasil e do mundo;
2. Garantiu a ampliação do compromisso da gestão pública local no enfrentamento à violência contra as mulheres e do diálogo entre as instituições envolvidas;
3. Propiciou ainda, que as vítimas possam ter acesso facilitado a diversos serviços de atendimento no mesmo espaço físico, evitando as inúmeras dificuldades de deslocamento;
4. A Casa da Mulher Brasileira tornou-se um espaço de referência para as mulheres, contribuindo para o aumento na visibilidade das diversas formas de violência de gênero;
5. Verificou-se constante crescimento do número de atendimentos diários e a interação entre os diversos serviços; e
6. Ter um local onde todos os serviços estejam à disposição e trabalhem de forma articulada é um enorme avanço.

Para Elza Maria Loschi, Subsecretária de Políticas para as Mulheres de Campo Grande, e atual Coordenadora da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, os avanços foram possíveis

porque possibilitou uma forma de integração e atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero mais humanizada e qualificada, a partir de uma articulação de serviços nunca vista antes em nenhuma parte do Brasil ou do mundo. Além disso, possibilitou a ampliação do compromisso da gestão pública local no enfrentamento à violência contra as mulheres e do diálogo entre as instituições envolvidas.

Ainda foi levantada na questão, a possibilidade do comparativo entre o antes e o depois da implementação da política, comparando os dois momentos. Foi apresentado pelas gestoras da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Campo Grande e da *Casa da Mulher Brasileira* um relato sobre a construção histórica da implementação das políticas públicas para as mulheres no Estado. Relembrou a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas

para as Mulheres do Estado em 1999, e partir daí a implementação de uma série de equipamentos e serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, tais como:

1. Casa Abrigo de Campo Grande e Dourados;
2. Delegacias Especializadas no Atendimento as Mulheres;
3. Centro Especializado de Atendimento à Mulher Cuña Mbaretê;
4. Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública;
5. Vara de Violência Contra as Mulheres; e
6. Promotoria de Defesa da Mulher.

Em 2005, Campo Grande cria o seu primeiro organismo municipal de políticas públicas para as mulheres. Em 2008, Mato Grosso do Sul assina o *Pacto de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres*, comprometendo-se com o desenvolvimento de ações que fossem efetivas para a redução da violência contra as mulheres e com a criação de serviços especializados de atendimento. Em 2010, a Subsecretaria de Políticas para a Mulher do Estado criou a Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto, composto por um grupo de instituições que visavam a implementação e o acompanhamento das ações do Pacto no Estado.

Elza Maria Loschi, observa:

Todo esse histórico possibilitou que o município de Campo Grande se tornasse apto e preparado para receber a primeira Casa da Mulher Brasileira do país. Essas tratativas também fortaleceram as articulações para a participação de todas as instituições que atuavam dentro da CMB, garantindo o êxito da inauguração com todas as instituições presentes. Um diferencial positivo com relação às demais unidades do país.

Afirmam as gestoras, que a *Casa da Mulher Brasileira* representa um marco na forma de lidar com a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, pois articula todos os setores e serviços essenciais, visando o atendimento especializado, integral e humanizado às mulheres e a transformação de padrões machistas e patriarcais. Ressaltam que a CMB atende também mulheres que sofreram outras formas de violência de gênero, além da violência doméstica e familiar, como vítimas de importunação sexual, estupro, assédio sexual, cárcere privado, violência institucional, dentre outras, porém, por constatação, o maior número de casos se referem à violência doméstica.

Em relação ao comparativo levantado pela questão, as citações foram de que os serviços oferecidos em locais diferentes, nem sempre tinham bons resultados, e não eram tão eficientes, em alguns casos o atendimento ficava incompleto. De acordo com a Defensora Pública,

Os serviços eram dispersos em vários locais, causando demora no atendimento e na resolução dos problemas, além de ser muito oneroso para as vítimas, em virtude dos gastos com transporte. Com a CMB, foi possível reunir e integrar vários serviços em um único local, atendendo a necessidade das vítimas com maior agilidade e menos custos.

Todas as gestoras apontaram que a integração dos serviços foi importante para o atendimento das vítimas e a agilidade nos encaminhamentos e resoluções. A juíza Jaqueline Machado, afirma que antes da CMB, não havia uma comunicação imediata, um trabalho efetivamente articulado entre os serviços, cada um fazia a sua parte no seu tempo. Agora tudo é concomitante, todos os serviços atuando ao mesmo tempo em um caso, protegendo, agilizando, tendo um olhar mais sensível ao caso.

A quarta e última pergunta do questionário, faz a seguinte abordagem: ***Em sua opinião, houve avanços em relação ao número de atendimentos, qualidade, agilidade e eficácia dos serviços com a integração dos equipamentos públicos? Se a resposta for sim, poderia destacar quais foram os principais avanços?***

Todas as entrevistadas afirmaram que houve avanços e apontaram os seguintes:

1. A centralização dos serviços;
2. O aumento considerável de atendimentos para denúncias e pedidos de proteção;
3. Especialização da temática dentro de cada instituição;
4. A concentração de todos os equipamentos em um mesmo local, evitando rotas das mulheres;
5. A capacitação continuada dos servidores;
6. O crescente número de atendimentos;
7. Boa estrutura física para o atendimento dos casos; e
8. O atendimento humanizado, qualificado e multidisciplinar faz com que as mulheres confiem nos serviços e procurem mais.

Também foi perguntado, se poderiam destacar os elementos da política que viabilizaram os avanços. Os principais elementos que viabilizaram a política, segundo as gestoras, foram os seguintes:

1. A garantia do cumprimento das diretrizes e protocolos da CMB;
2. A atuação comprometida das instituições por meio do Colegiado Gestor;
3. A superação dos entraves burocráticos garantindo a execução do convênio;
4. O posicionamento da Prefeitura Municipal de Campo Grande em assumir a gestão administrativa da Casa da Mulher Brasileira a partir da transferência do bem imóvel, pelo patrimônio público da União em 2017;
5. A divulgação de informações sobre o que é violência de gênero e da existência da CMB em funcionamento em Campo Grande;
6. A unificação dos diversos atendimentos e a credibilidade dos serviços;
7. A boa estrutura física e cooperação entre os poderes envolvidos;
8. Os investimentos em capacitações com o envolvimento de todos;
9. A boa gestão da CMB permitiu se ter um serviço psicossocial, com profissionais concursadas e capacitadas;
10. A Patrulha Maria da Penha na CMB, atuando na fiscalização das medidas protetivas de urgência é um importante diferencial; e
11. A existência do Alojamento de Passagem, garante proteção e dignidade à mulher em situação de violência e seus filhos.

Não houve respostas sobre o questionamento da impossibilidade dos avanços, caso a resposta fosse não.

De acordo com os elementos apresentados, é possível afirmar que a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* é uma política pública inovadora, tendo em vista, que não havia nenhuma experiência como está no país. Reunir os diversos equipamentos que compõem a *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* no mesmo espaço físico, garantindo a integralidade dos serviços, com atendimento integral e humanizado é um dos pontos fortes desta política pública.

A integralidade dos serviços garante às mulheres vítimas de violência, a celeridade nos atendimentos, nos encaminhamentos e conseqüentemente no andamento do processo e resolução dos casos, além, de evitar a revitimização, humilhações e constrangimentos pelas quais sofriam na busca por atendimentos. Para garantir um atendimento integral e humanizado, como previsto nas Diretrizes e Protocolos da CMB, foi necessário investir em formação continuada, para que todos os funcionários dos diversos equipamentos e serviços conhecessem as especificidades e o cotidiano de cada instituição, para entender o processo como um todo, e quais os caminhos deveriam percorrer para agilizar os atendimentos, e também, ter a melhor compreensão dos fatores envolvidos nas situações da violência de gênero, só assim, foi possível garantir um atendimento humanizado.

A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande se consolidou em todo Estado como a principal política pública de atendimento às mulheres vítimas de violência, tornou-se um espaço de referência para as mulheres, contribuindo para o aumento na visibilidade das diversas formas de violência de gênero. Fatos comprovados com o crescimento constante do número de atendimentos diários e a interação entre os diversos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, *A Integração dos Equipamentos Públicos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: uma análise da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS, período de 2015 a 2017*, apresentou um histórico sobre a organização das mulheres no Brasil e no Mato Grosso do Sul, desde suas primeiras manifestações, individuais e coletivas, e abordou a trajetória destes movimentos que lutaram para garantir às mulheres a liberdade, o direito à uma vida com dignidade e oportunidades, sem abusos e violências, e a contribuição desses movimentos na conquista de direitos e na efetivação das políticas para as mulheres no âmbito do Estado.

Apresentamos o *Programa Mulher, Viver sem Violência*, lançado em 2013 como estratégia de fortalecimento da *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, no qual está inserido a *Casa da Mulher Brasileira*, nosso objeto de análise. Discorremos sobre suas diretrizes e protocolos de atendimentos, sua estrutura e funcionamento. Exibimos dados relevantes sobre os números da violência contra as mulheres em esfera nacional, estadual e municipal. Neste quesito, Mato Grosso do Sul, figura entre os estados com os maiores índices, ocupando o 3º lugar no *ranking* de tráfico de pessoas, a 9ª posição em assassinato de mulheres, conforme dados do Mapa da Violência de 2015, e o primeiro com maior taxa de estupro do país, de acordo com levantamento apresentado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2018. Campo Grande, embora esteja acima da taxa nacional, está entre as Capitais com menores índices de assassinato de mulheres. Em 2015, foi a Capital com maior número de chamadas no Ligue 180.

A partir dos dados levantados no questionário respondido por todas as gestoras dos equipamentos que compõem a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, podemos afirmar que esta política pública é inovadora. Essa inovação se dá, primeiramente, pelos seguintes aspectos: 1) É a primeira experiência com este modelo de integração, não existe nenhuma outra no país ou em qualquer lugar do mundo; e 2) Entendeu que a integração se dá na integralidade dos serviços e no atendimento especializado e humanizado, que o sucesso de cada serviço é sucesso da CMB. Essa é uma das mais importantes características e faz dessa política pública, uma política revolucionária.

É importante destacar que essa política pública é resultado da vontade e ação política do Governo da Presidenta Dilma Rousseff e de um esforço do Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em parceria com os estados e municípios.

A Integração dos equipamentos no mesmo espaço físico garantiu uma série de benefícios, uma vez que a revitimização da vítima na busca por atendimentos era constante, fazendo com que muitas abandonassem os processos pelo caminho. Os serviços dispersos causavam demora no atendimento, bem como, na resolução dos problemas, além de ser oneroso para as vítimas, em virtude dos gastos com o transporte, por exemplo. Com a integralidade dos serviços, garantiu-se a maior agilidade nos atendimentos, nos encaminhamentos e na resolução dos casos, tendo em vista que a centralização dos serviços permite que a comunicação entre os setores seja rápida e precisa para a resolução dos conflitos.

Outro importante aspecto dessa política pública é o atendimento humanizado com compreensão dos fatores que causam a violência de gênero e o seu ciclo, sem pré-conceitos ou julgamentos. Para tanto, foi necessário investir em formação continuada para todas as equipes que compõem a CMB. As formações e capacitações foram e são importantes também, para que todas e todos conheçam os serviços desenvolvidos por cada equipamento, de forma a realizar corretamente os procedimentos e os encaminhamentos necessários.

A estratégia de se constituir um Comitê Gestor com a participação de todas as instituições que compõem a CMB, com o compartilhamento das decisões e das responsabilidades foi fundamental para o envolvimento de todas com a política pública, desde a sua implementação, com a construção das Diretrizes e os Protocolos de Atendimentos, na condução da política no dia a dia e na resolução de problemas complexos. O conceito de gestão em Rede é importante porque possibilita a maior interação e integração entre os agentes públicos com o compartilhamento de informações e a participação coletiva nas discussões, tomada de decisões, monitoramentos e avaliações, sendo possível agilizar os encaminhamentos e a resolução dos problemas.

Com atendimento 24 horas, inclusive aos finais de semana e feriados, período de maior ocorrência da violência doméstica e familiar, a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* registrou no período de um ano o crescimento de mais de 500% no número de atendimentos realizados, passando de 1.188 em fevereiro de 2015, para 6.779 em fevereiro de 2016. Esse importante crescimento é apontado por diversas gestoras como reconhecimento do bom atendimento prestado pela *Casa da Mulher Brasileira*, bem como a agilidade na resolução dos casos, e a credibilidade conquistada pela instituição.

Esse conjunto de ações, compartilhamentos e estratégias, garante um atendimento ágil, preciso e humanizado, com espaço físico adequado, profissionais especializadas e capacitadas, consolidando a *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* como a principal política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres do estado. Sendo a única do Brasil a funcionar de acordo com as diretrizes do *Programa Mulher, Viver sem Violência*.

É importante considerar, que muitos foram os desafios enfrentados para a implementação da CMB, até sua consolidação. As dificuldades apresentadas, tais como: 1) o desconhecimento por parte de alguns serviços e setores das especificidades e do cotidiano de cada instituição; 2) a possível suspensão do funcionamento integral da Casa da Mulher Brasileira, em 2016, devido a descontinuidade de repasses de recursos pelo governo federal; e 3) a sistematização dos atendimentos desenvolvidos e a análise dos dados por cada equipamento público. Estes desafios foram debatidos no Comitê Gestor e solucionados com: 1) investimento em formações e capacitações para o conjunto das servidoras da CMB; 2) transferência da CMB para a Prefeitura Municipal Campo Grande, conforme previsto na pactuação; e 3) criação do Sistema Iris.

Por fim, esta dissertação registra a importância da política pública *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande* como um marco na forma de lidar com a violência doméstica e familiar no país. Se consolidou como um instrumento eficaz e preciso no enfrentamento à violência contra as mulheres e no atendimento integral, especializado e humanizado das vítimas. É uma experiência comprovadamente eficiente, que precisa ser fortalecida e consolidada em todo o território nacional, garantindo cada vez mais a efetivação de políticas públicas que provoquem mudanças e transformações na estrutura social desigual, nos padrões de comportamentos machistas e patriarcais, assegurando direitos, propiciando uma vida com dignidade e respeito, livres de qualquer tipo de violência.

Essa importante conquista foi fruto de luta, da dedicação e do empenho de muitas mulheres e movimentos organizados que há décadas lutam pelos direitos das mulheres no Brasil e no Mato Grosso do Sul. Meu agradecimento a cada uma de vocês que nos inspiram e nos faz acreditar que é possível construirmos uma sociedade mais justa, com liberdades e direitos assegurados. Agradeço também, todas as gestoras que contribuíram na implementação da *Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande*, e aquelas que no dia a dia fortalecem e fazem desta política pública uma referência nacional no atendimento às mulheres vítimas de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALT, Sandra, R. LINHARES, Susan. **Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher de Mato Grosso do Sul: uma política pública com perspectiva de gênero**. In: CURADO, Jacy; AUAD, Daniela (Org). *Gênero e Políticas Públicas: A construção de uma experiência de formação*. Campo Grande: UCDB, 2008. p. 53.

BANDEIRA, Lurdes. **A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013. p. 63.

BANDEIRA, Lurdes. MELO, Hildete, P. **Tempos e Memórias: Movimento Feminista no Brasil**. Brasília: SPM, 2010. p. 07, 15, 25, 26.

BERRO, Eloisa, C. **Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande – MS: atendimento integrado às mulheres em situação de violência**. *Jornal Correio do Estado*, 2018.

BORGES, Júlio, C. **A Sociedade Brasileira nos Fez Pobres: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, Mato Grosso do Sul**. *Horizontes Antropólogos*, 46, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica: Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios**. Brasília. 2015. p. 08.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Programa Mulher, Viver Sem Violência - Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento**. Orgs: Ana Cláudia Beserra Macedo; Cláudia Araújo de Lima; Eloísa Castro Berro; Taís Cerqueira Silva. Imprensa Oficial. Brasília. 2015.

_____. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/pnpm-relatorio.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

_____. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília. 2011, p. 14.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório de 01 ano e 07 meses da CMB/CG**. 2016.

CAMARGO, Márcia. **Novas políticas públicas de combate à violência**. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. P. 121- 135.

FLEURY, Sonia. M. T. e OUVÉREY, Assis. M. **A Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2007.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-segurancapublica-2018>. Acesso em: 23 de outubro 2019.

FPA – Fundação Perseu Abramo. **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FPA – Fundação Perseu Abramo. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: Uma década de mudanças na opinião pública**. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GRUBITS, Sônia. **Mulheres Indígenas Brasileiras: educação e políticas públicas**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, 2014.

HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOLLANDA, Heloísa, B. **Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade/ Heloísa Buarque de Hollanda – 1ª ed.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em 02 de out. 2020.

INSTITUTO SANGARI. **Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil**. WASELFISZ, Julio, Jacobo (Org). São Paulo, 2011.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Ipea 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 10 de nov. 2020.

_____. **Violência Contra a Mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: Ipea, 2012.

_____. **Relatório da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**, Belém, dez. 1994. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarca.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

LOPES, Zaira, A. **Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência: Estudos de gênero e bases para a ação**. In: CURADO, Jacy; AUAD, Daniela (Org). *Gênero e Políticas Públicas: A construção de uma experiência de formação*. Campo Grande: UCDB, 2008.

MAPA DA VIOLÊNCIA, homicídios de Mulheres no Brasil. São Paulo, abril. 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php. Acesso em 05 de agosto de 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA, homicídios de mulheres no Brasil. 1ª Ed. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br?publication=mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil>. Acesso em 03 de outubro de 2020.

MENDES, Eugênio, Vilaça. **As Redes de Atenção à Saúde**. 2ª ed. Brasília – DF, 2011.

NICODEMOS. Bárbara, J. B. **O Movimento Popular de Mulheres na Construção de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. In: CURADO, Jacy; AUAD, Daniela (Org). *Gênero e Políticas Públicas: A construção de uma experiência de formação*. Campo Grande: UCDB, 2008. p. 197-199.

OLIVEIRA, Marcelo, Silva e THOMAZ, Thauan, Kill. **Pantanal Aves e Cores**. 1ª ed. Campo Grande – MS: Gráfica Alvorada, 2014. p. 13.

OMS – Organização Mundial da Saúde; OPAS – Organização Pan Americana da Saúde. **Folha Informativa: Violência Contra a Mulher**. 2017.

PINTO. Céli, R, J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 13-18, 44, 77.

PITANGUY, Jaqueline. **As Veteranas ou Um Sinal de Alerta Sobre Uma Memória Não Escrita. Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade.** HOLLANDA, Heloísa, B. (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 464 – 465.

PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF 2014. **Mais Mudanças, Mais Futuro.** Partido dos Trabalhadores. Brasília – DF. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. **Gênero e Patriarcado. A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado.** VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Célia. M.F. **Poderosa Poção. Experiências de Bruxas, Ativistas e Militantes: o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990.** Dourados: UFGD. 2009.

SCHUMAHER, Schuma. **As Veteranas ou Um Sinal de Alerta Sobre Uma Memória Não Escrita. Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade.** HOLLANDA, Heloísa, B. (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado.** 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

SEMAGRO, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul, 2017: Ano Base: 2016**

_____. **Pantanal.** Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/conheca-ms/pantanal/>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

_____. **Perfil Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/conheca-ms/perfil-ms/>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER – SEMU. **Mapa da Violência Contra a Mulher em Campo Grande – MS.** 2019.

SOARES, Vera. **Movimento Feminista - paradigmas e desafios.** Revista de Estudos Feministas. Número especial out. 1994. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ.

SORJ, Bila. **As Veteranas ou Um Sinal de Alerta Sobre Uma Memória Não Escrita. Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade.** HOLLANDA, Heloísa, B. (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 446.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. **Revista Pólis.** São Paulo, 1993. p.1-23.